



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Ahu - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5029737-38.2015.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: EIDILAIRA SOARES GOMES

RÉU: ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO

RÉU: LEON DENIS VARGAS ILARIO

SENTENÇA

13.ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA

PROCESSO n.º 5029737-38.2015.404.7000

AÇÃO PENAL

Autor: Ministério Público Federal

Réus:

1) **André Luiz Vargas Ilário**, brasileiro, em união estável, nascido em 02/03/1964, filho de José Ilário e Ana Vargas Ilário, portador do documento de identidade RG n.º 3895742-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 497.509.509-25, residente e domiciliado na Rua das Bromélias, 308, Quadra 6, lote 11, Alphaville Jacarandá, Londrina/PR, e atualmente recolhido no Complexo Médico Penal;

2) **Leon Denis Vargas Ilário**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 06/04/1968, filho de José Ilário e Ana Vargas Ilário, portador do CIRG n.º 41557141/SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 742.781.269-72, residente e domiciliado na Rua Carmela Dutra, 225, torre A, apartamento 4, Jardim Morumbi, Londrina/PR;

3) **Eidilaira Soares Gomes**, brasileira, em união estável, comerciante, nascida em 29/01/1976, filha de Nelson Sebastião Gomes e Leonilda Soares Gomes, portadora do CIRG n.º 6807618-8 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 004.974.169-13, com endereço residencial na Rua das Bromélias, 308, Quadra 6, lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, e com endereço comercial na Rodovia Celso Garcia Cid, km 377, Shopping Catuaí, loja E-57, Londrina/PR.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de denúncia formulada pelo MPF pela prática de crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, *caput*, inciso V, da Lei 9.613/1998), contra os acusados acima nominados, no âmbito da assim denominada Operação Lava Jato.

2. Em síntese, segundo a denúncia (evento 1), os acusados André Luiz Vargas Ilário e Eidilaira Soares Gomes, com o auxílio de Leon Denis Vargas Ilário, teriam adquirido, com recursos criminosos, imóvel consistente em casa na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

3. Teriam realizado a aquisição por valor inferior ao preço real, ocultando e dissimulando o emprego de R\$ 980.000,00, de origem criminosa, utilizados na compra do imóvel. Também teriam utilizados expedientes escusos para dificultar o rastreamento dos recursos utilizados na aquisição, como a realização de depósitos elevados em espécie, sem identificação do depositante, e mesmo a utilização de pessoa interposta.

4. Entre os crimes antecedentes que deram origem aos recursos lavados, o MPF aponta aqueles que são objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000, que tramitou perante este Juízo.

5. A denúncia foi recebida nos termos da decisão de 24/06/2015 (evento 3).

6. Os acusados André Luiz Vargas Ilário, Eidilaira Soares Gomes e Leon Denis Vargas Ilário apresentaram resposta, por meio de defensor constituído (eventos 17, 18 e 20).

7. As peças defensivas foram analisadas na decisão de 28/07/2015 (evento 22).

8. Foram ouvidas as testemunhas arroladas pela Acusação e pela Defesa (eventos 54 e 94). As transcrições dos depoimentos foram acostadas nos eventos 84 e 110.

9. Cópia do depoimento prestado pelo Deputado Federal Carlos Zaratini, na ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000, mídia audiovisual e transcrição, foi trasladada para este processo, na qualidade de prova emprestada (evento 87), com a concordância das partes.

10. Os acusados foram interrogados (evento 143). As transcrições dos depoimentos foram acostadas no evento 157.

11. Os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP foram apreciados na decisão do evento 147.

12. O MPF, em alegações finais (evento 166), argumentou: a) que não há litispendência entre o presente processo e a ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000; b) que não houve violação de sigilo fiscal de André Vargas; c) que restou comprovada a materialidade e a autoria do crime de lavagem de

dinheiro praticado pelos acusados André Luiz Vargas Ilário, Eidilaira Soares Gomes e Leon Denis Vargas Ilário. Pugnou pela condenação dos acusados e pelo perdimento do imóvel localizado na Rua das Bromélias, Quadra 6, lote 11, Alphaville Jacarandá, Londrina/PR.

13. A Defesa de André Luiz Vargas Ilário, em alegações finais (evento 173), argumentou: a) preliminarmente, que teria havido inovação nas alegações constantes dos memoriais do MPF no sentido de que os crimes antecedentes seriam mais abrangentes do que os imputados na ação penal 5023121-47.2015.404.7000, em afronta ao princípio da correlação e do contraditório; b) que há litispendência entre o presente processo e a ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000; c) que houve violação ao sigilo fiscal e bancário de André Vargas por haver a Receita Federal cambiado informações fiscais do acusado de forma direta com a Procuradoria-Geral da República sem prévia franquia judicial; d) que houve cerceamento de defesa pelo indeferimento da oitiva de testemunhas tempestivamente arroladas; e) que houve cerceamento de defesa pelo fato de o MPF haver colhido declarações de testemunhas e obtido documentos que instruíram a denúncia sem que tivesse sido instaurado procedimento investigativo próprio devidamente franqueado à Defesa; f) no mérito, que não foi declarado a menor o valor do imóvel, eis que seu valor venal seria de R\$ 500.000,00, sendo os R\$ 480.000,00 remanescentes referentes a mobiliário e benfeitorias; g) que os valores utilizados na aquisição do imóvel tinham origem lícita, compreendendo especialmente dinheiro em espécie auferido pelo labor do casal e proveniente da alienação de um sítio de propriedade de Eidilaira Gomes; h) que a imputação representa *bis in idem* porque a lavagem de dinheiro ora imputada (integração) representa uma fase do ciclo de lavagem pela qual já respondeu o acusado na ação penal 5023121-47.2015.404.7000 (colocação), sendo os crimes antecedentes em ambos os casos idênticos; i) que ausente o dolo no crime de lavagem de dinheiro. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado, e, no caso de condenação, pela fixação da pena no mínimo legal. Insurgiu-se, ainda, contra o perdimento integral do imóvel objeto deste processo.

14. A Defesa de Eidilaira Soares Gomes, em alegações finais (evento 174), argumentou: a) preliminarmente, que este Juízo seria incompetente para o julgamento desta causa penal; b) que houve cerceamento de defesa pelo indeferimento da perícia grafotécnica requerida em sede de diligências complementares; c) que houve violação do sigilo fiscal da acusada; d) que houve afronta ao princípio da obrigatoriedade e da indivisibilidade da ação penal pelo fato de o MPF não haver denunciado igualmente o vendedor do imóvel, que teria sido responsável pela declaração subfaturada do valor de aquisição do bem; e) que há litispendência entre o presente processo e a ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000; f) no mérito, que não restou comprovada a autoria e a materialidade do crime de lavagem de dinheiro em relação à acusada; g) que ausente o dolo. Pugnou, ao final, pela absolvição da acusada.

15. A Defesa de Leon Denis Vargas Ilário, em alegações finais (evento 178), argumentou: a) que não restou comprovada a infração penal antecedente, nem tampouco o crime de lavagem de dinheiro; b) que o acusado não teve participação na aquisição do imóvel objeto deste processo. Pugnou, ao final, pela absolvição do acusado.

16. André Luiz Vargas Ilário está preso preventivamente desde 10 de abril de 2015, a pedido da autoridade policial e do MPF, e em virtude de decisão proferida por este Juízo no processo 5014497-09.2015.404.7000, na data de 02 de abril de 2015 (evento 13 daqueles autos). A prisão cautelar, porém, não é instrumental ao presente feito, e sim à ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000. Foi, inclusive, ratificada em sentença condenatória proferida naquele processo, na data de 22 de setembro de 2015 (evento 149).

17. Leon Denis Vargas Ilário teve a prisão temporária decretada por este Juízo, a pedido do MPF, por decisão proferida em 02 de abril de 2015 nos autos 5014497-09.2015.404.7000 (evento 13). A prisão foi cumprida em 10 de abril de 2015. Em 14 de abril de 2015, o acusado foi solto com a imposição de medidas cautelares alternativas (evento 52 dos autos 5014497-09.2015.404.7000), as quais foram igualmente ratificadas na sentença condenatória proferida na ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000 (evento 149).

18. No decorrer do processo, foi ajuizada a exceção de incompetência de n.º 5033160-06.2015.404.7000, pela Defesa de Eidilaira Gomes, a qual foi rejeitada, constando cópia da decisão no evento 141.

19. Foi também ajuizada exceção de litispendência pela Defesa de André Vargas, distribuída sob o número 5032480-21.2015.404.7000, e que foi rejeitada, constando cópia da decisão no evento 139.

20. No transcorrer do feito, foram ainda impetrados diversos habeas corpus que foram denegados pelas instâncias recursais.

21. Os autos vieram conclusos para sentença.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1

22. Questionou a Defesa de Eidilaira Soares Gomes a competência deste Juízo.

23. Entretanto, esta questão já foi objeto de resolução por este Juízo quando do julgamento da exceção de incompetência 5033160-06.2015.404.7000, constando cópia da decisão no evento 141.

24. Transcrevo, por oportuno, excerto pertinente da referida decisão:

"(...)

2. Os crimes que constituem objeto da ação penal 5029737-38.2015.4.04.7000 foram descobertos durante a investigação da assim denominada Operação Lavajato.

Em síntese, segundo a denúncia, os acusados André Vargas e sua esposa, Edilaira Soares, com auxílio de Leon Vargas, teriam adquirido, com recursos criminosos, imóvel consistente em casa na Rua das Bromélias, quadra 6, lote 11, Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

Na ocasião, teriam ainda realizado a aquisição por valor inferior ao preço real, ocultando e dissimulando o emprego de R\$ 480.000,00 de recursos criminosos utilizados na compra do imóvel.

Os recursos utilizados teriam por origem vantagem indevida recebida por André Vargas durante o exercício do mandato de Deputado Federal.

Entre os crimes antecedentes que deram origem ao recursos lavados, o MPF aponta aqueles que são objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000 em trâmite perante este Juízo, vantagem indevida paga em decorrência de contratos de publicidade firmados entre a Caixa Econômica Federal e Ministério da Saúde e a agência de publicidade Borghi Lowe.

A competência é inequívoca da Justiça Federal pois os crimes antecedentes seriam federais.

A competência territorial é inequívoca desta 13ª Vara Federal de Curitiba, especializada no processo e julgamento de crimes de lavagem de dinheiro ocorridos em território paranaense, tendo o crime de lavagem narrado na denúncia sido executado e se consumado em Londrina/PR.

Também é deste Juízo pela prevenção, pois, este e outros crimes em apuração de André Vargas, foram descobertos no âmbito de processos de investigação preliminar da assim denominada Operação Lavajato, especificamente em desmembramento de investigações dirigidas inicialmente contra Alberto Youssef (inquérito 5049557-14.2013.404.7000, processos 5001446-62.2014.404.7000, 5026037-88.2014.404.7000 e 5010767-87.2015.4.04.7000).

No curso da investigações, após os processos em relação a André Vargas terem sido devolvidos a este Juízo pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, foi decretada, a pedido do MPF, a quebra do sigilo fiscal e bancário, em 11/03/2015 e em 27/03/2015, de André Vargas e de seus associados (eventos 8 e 26 do processo 5010767-87.2015.4.04.7000).

Ainda que os fatos que compõem a ação penal 5029737-38.2015.4.04.7000 não estejam diretamente relacionados com o esquema criminoso da Petrobrás, a competência deste Juízo firmou-se pela prevenção, já que as provas vieram à Justiça em decorrência de medidas investigatórias deferidas por este Juízo, conforme letra expressa do art. 83 do CPP.

Então não cabia a livre distribuição da ação penal entre as duas varas federais de Curitiba competentes para processar e julgar crimes de lavagem de dinheiro, já que este Juízo estava preventivo.

Agrego que há uma certa confusão entre a assim denominada Operação Lavajato e o esquema criminoso da Petrobrás, em razão dos últimos desdobramentos da investigação, mais intensos em relação aos crimes praticados contra a referida empresa estatal.

Os dois, porém, não se confundem. O objeto inicial da investigação era a atividade criminosa de quatro operadores dedicados à prática de crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. Ilustrativamente, no âmbito da Operação

Lavajato, já foi inclusive julgado crime de tráfico internacional de drogas e a lavagem subsequente do produto (ação penal 5025687-03.2014.404.7000), o que não está relacionado diretamente aos crimes no âmbito da Petrobrás.

No caso presente, embora não se possa afirmar que os crimes objeto da presente ação penal estão relacionados com o esquema criminoso da Petrobras, a competência é deste Juízo porque, cumulativamente, os crimes antecedentes são federais, o crime de lavagem consumou-se em Londrina/PR, ou seja na área da competência territorial desta Vara de lavagem, e o Juízo se tornou prevento, uma vez que os fatos foram descobertos incidentalmente na investigação no âmbito da Operação Lavajato em decorrência de medidas de investigação decretadas pelo Juízo.

Este, aliás, também foi o posicionamento do Egrégio Supremo Tribunal Federal que, após André Vargas ter tido o mandato parlamentar cassado, devolveu a este Juízo os processos que anteriormente lhe haviam sido remetidos (eventos 138 e 156 do 5026037-88.2014.404.7000).

Logo a competência é desta 13ª Vara Federal".

25. A decisão acima transcrita esgotou os argumentos defensivos.

26. Portanto, a competência inequivocamente é da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR para o presente caso.

II. 2

27. As Defesas de André Luiz Vargas Ilário e Eidilaira Soares Gomes alegaram que há litispendência entre o presente processo e a ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000.

28. A questão já foi objeto de exceção de litispendência ajuizada pela Defesa de André Vargas e distribuída sob o número 5032480-21.2015.404.7000, a qual foi rejeitada, constando cópia da decisão no evento 139.

29. Conforme cumpridamente fundamentado na referida decisão, inexistente litispendência entre este processo e a ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000.

30. Transcrevo, por oportuno, excerto pertinente da decisão proferida por este Juízo na exceção de litispendência 5032480-21.2015.404.7000, que resolve a questão:

"(...)

2. Nessário examinar o objeto das duas ações penais.

Segundo a denúncia formulada na ação penal 5029737-38.2015.4.04.7000, os acusados André Vargas e sua esposa, Edilaira Soares, com auxílio de Leon Vargas, teriam adquirido, com recursos criminosos, imóvel consistente em casa na Rua das Bromélias, quadra 6, lote 11, Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

Na ocasião, teriam ainda realizado a aquisição por valor inferior ao preço real, ocultando e dissimulando o emprego de R\$ 480.000,00 de recursos criminosos utilizados na compra do imóvel.

Entre os crimes antecedentes que deram origem ao recursos lavados, o MPF aponta aqueles que são objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000 já sentenciada.

Entretanto, a denúncia também se reporta a outros crimes antecedentes:

'Além disso, André Vargas e Leon Vargas são investigados em outros IPLs por crimes contra a administração pública.'

E:

'O IPL nº128/2014 (5011936-46.2014.4.04.7000) visa apurar a atuação de ANDRE VARGAS no Ministério da Saúde para favorecimento da LABOGEN e o IPL nº 441/2015 (autos 5008033-66.2015.4.04.7000) intenta apurar a atuação do ex-deputado federal junto a empresa IT 7.'

Já a ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000 tem por objeto específico de crimes de corrupção e lavagem.

Segundo a denúncia, o acusado André Vargas teria recebido vantagem indevida no montante de R\$ 1.103.950,12 em decorrência do favorecimento da agência de publicidade Borghi Lowe em contratos dela com a Caixa Econômica Federal e o Ministério de Saúde.

A lavagem consistiria na utilização das empresas de fachada LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda. e a Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda. para receber os valores e pela simulação, com emissão de notas fiscais fraudulentas, de que teriam sido recebidos licitamente, a título de comissões por bônus de volume.

Observo que o objeto da ação penal é bem específico, inclusive apontando que os R\$ 1.103.950,12 partiriam especificamente de pagamentos simulados de comissão a título de bônus de volume das empresas Enoise Estúdios de Produção, Luiz Portela Produções, Conspiração Filmes S/A, Sagaz Digital Produções de Vídeos e Filmes e Zulu Filmes.

A ação penal foi sentenciada (evento 297), tendo sido interposto apelação.

Como se verifica pela leitura das denúncias em uma e outra ação penal, não há identidade entre os atos de lavagem narrados entre elas.

Na ação penal 5029737-38.2015.4.04.7000, os atos de lavagem consistem na aquisição de imóvel com recursos criminosos e mediante subfaturamento do preço.

Na ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000, os atos de lavagem consistem na utilização de duas empresas de fachada para recebimento de recursos criminosos e na simulação de que estes teriam causa lítica, mediante produção fraudulenta de documentos.

Então não há identidade de objeto, o que por si só já afasta a litispendência.

Questão relevante é saber se o ato de lavagem consistente na aquisição fraudulenta do imóvel é um desdobramento dos atos anteriores de lavagem, ou seja, se o imóvel foi adquirido com os recursos criminosos recebidos da

corrupção e lavagem que é objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000 e, por conseguinte, se haveria aqui um pós fato impunível, mero exaurimento das condutas anteriores de lavagem ou que se inserem em um mesmo ciclo de lavagem.

Essa questão, porém, não deve ser resolvida em exceção de litispendência, mas sim no julgamento da ação penal, já que tratar-se-ia não de questão pertinente à litispendência, mas de eventual caracterização da aquisição do imóvel como pós fato impunível.

Ainda que os recursos criminosos sejam os mesmos, não se pode afirmar com tranquilidade que a prática de uma nova conduta de ocultação e dissimulação, no caso a aquisição fraudulenta de um imóvel, seja um pós fato impunível em relação a atos de lavagem anteriores e diversos. Não se trata aqui da mesma singeleza como a que existente entre a produção de um documento falso e o seu uso.

Por outro lado, não se pode falar, no atual momento probatório e com a instrução ainda não encerrada, sequer que os recursos criminosos utilizados para aquisição do imóvel teriam por origem exclusivamente os crimes que foram objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000.

A ação penal 5029737-38.2015.4.04.7000 refere-se também a outros crimes anteriores, por exemplos, os recursos repassados pela empresa IT7 Sistemas a Andre Vargas e Leon Vargas (descrição sintética na decisão de 02/04/2015, evento 13, do processo 5014497-09.2015.4.04.7000).

Observe-se ainda que há indícios de que as próprias LSI e Limiar receberam recursos bem mais vultosos do que os que foram objeto de lavagem na ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000. Com efeito, entre os anos de 2010 a 2014, a Limiar e a LSI teriam recebido R\$ 7.423.658,17 (informação 113/2015, evento 1, anexo 31 da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000), ou seja, muito mais que o referido montante de R\$ 1.103.950,12.

E entre os depositantes, há outras empresas que têm contratos com o Poder Público como a JBS S/A e a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, que não guardam qualquer relação com a Borghi Lowe e suas subcontratadas.

Também de relevância probatória planilha apreendida e acostada aos autos 5014497-09.2015.4.04.7000 (apreensao1, evento 50, fls. 5/8), que traz no cabeçalho o nome da LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda, e em seu corpo o nome de diversos "contratantes" seguidos dos valores que eles depositaram nas contas da LSI, os quais totalizaram R\$ 3.170.292,02, montante também superior aos aludidos R\$ 1.103.950,12.

Então, em síntese, há atos de lavagem distintos em uma e outra ação penal e sequer se pode afirmar, no presente momento probatório, que o imóvel foi adquirido exclusivamente com recursos provenientes dos crimes de corrupção e lavagem que foram objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000.

Não havendo identidade de objeto, não há falar em litispendência.

Quanto à caracterização ou não da aquisição fraudulenta do imóvel em pós-fato impunível, entendo que a questão deve ser resolvida na sentença, após o fim da instrução, pois também depende da instrução probatória, e com profunda reflexão acerca dos argumentos das partes em alegações finais. Os próprios acusados, aliás, poderão prestar esclarecimentos relevantes a esse respeito nos interrogatórios próximos.

3. Ante o exposto, rejeito a exceção de litispendência".

31. Irresignada, a Defesa de André Vargas impetrou *habeas corpus* contra a decisão acima transcrita, que tomou o n.º 5039216-06.2015.404.0000.

32. A Egrégia 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, denegou a ordem, conforme julgamento proferido em 02/12/2015, Rel. Min. João Pedro Gebran Neto (evento 17 dos autos 5039216-06.2015.404.0000).

33. A Defesa interpôs então recurso ordinário da decisão, que foi admitido pelo Egrégio TRF4. Ao final, o recurso foi desprovido pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, Relator Ministro Felix Fischer, com julgamento em 26/04/2016, constando a ementa dos seguintes termos (evento 43, acord25 dos autos 5039216-06.2015.404.0000):

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO. BIS IN IDEM. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE INEQUÍVOCA ENTRE OS FATOS DESCRITOS NA PRIMEIRA DENÚNCIA E NA SUPERVENIENTE, A FIM DE SE RECONHECER A ILEGALIDADE DA SEGUNDA AÇÃO PENAL PELA PROIBIÇÃO DA DUPLA PERSECUÇÃO PENAL. REVOLVIMENTO DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL NA PRESENTE VIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade, ou a ausência de indícios mínimos de autoria ou prova de materialidade (precedentes).

II - Por outro lado, a litispendência "guarda relação com a ideia de que ninguém pode ser processado quando está pendente de julgamento um litígio com as mesmas partes (eadem personae), sobre os mesmos fatos (eadem res), e com a mesma pretensão (eadem petendi), que é expressa por antiga máxima latina, o ne bis in idem" (HC n. 320.626/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schiatti Cruz, DJe de 22/6/2015). Assim, ocorrida tal situação, conclui-se pela ofensa ao princípio da vedação ao bis in idem, não havendo justa causa para o prosseguimento da ação subsequente.

III - A resolução da controvérsia reside na definição se a conduta objeto da segunda denúncia pela prática do delito de lavagem de dinheiro seria ou não mero desdobramento do delitos de lavagem inseridos no contexto da primeira ação penal.

IV - Na hipótese, contudo, não se verifica, de plano, a identidade dos fatos a fim de se reconhecer eventual litispendência entre as ações, uma vez que, do cotejo entre as denúncias ofertadas nas duas ações penais sob exame, não se pode concluir, inequivocamente, que o delito descrito na segunda seja mero exaurimento ou pós-fato impunível em relação aos delitos de lavagem de dinheiro inseridos no contexto da primeira ação penal, constituindo a terceira fase do delito de lavagem, denominada de integração.

V - Dessarte, mostra-se prematuro o trancamento da segunda ação penal em trâmite na origem, haja vista a imprescindibilidade de um melhor delineamento fático a fim de se eventualmente acolher a tese da litispendência, exame que efetivamente será realizado em primeiro grau por ocasião da sentença, e que é vedado na presente via pela necessidade de revolvimento de material fático-probatório (precedentes).

Recurso ordinário desprovido."

34. A Defesa ainda interpôs recurso extraordinário contra a decisão, que não foi admitido, no que diz respeito à alegada afronta ao art. 5º, II, da Constituição Federal, e que foi indeferido liminarmente quanto à alegada afronta ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, pela Relatora Ministra Laurita Vaz, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. A decisão transitou em julgado (evento 43, dec42 e certtran47, autos 5039216-06.2015.404.0000).

35. Assim, não há que se falar em litispendência entre este processo criminal e a ação penal de n.º 5023121-47.2015.404.7000, eis que distintos os atos de lavagem de dinheiro imputados aos acusados, conforme restará demonstrado no decorrer da presente sentença.

II.3

36. As Defesas de André Luiz Vargas Ilário e de Eidilaira Soares Gomes alegam que teria havido violação ao sigilo fiscal e bancário dos acusados.

37. Segundo afirmam, durante o período em que a investigação tramitou no Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República enviou indevidamente ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil requisitando informações ali disponíveis sobre irregularidades verificadas em relação a André Vargas.

38. A questão foi inicialmente aventada pelas Defesas nas respostas à acusação (eventos 17 e 20).

39. Igualmente já havia sido aviada pela Defesa de André Vargas na ação penal conexa 5023121-47.2015.404.7000, na qual foi cumpridamente refutada.

40. Rejeitei, pela decisão de 28 de julho de 2015 (evento 22), essa alegação, eis que parte de duas premissas equivocadas. Um, pois não há sigilo fiscal oponível aos agentes da própria Receita Federal. E dois, pois a vinda dos elementos por eles colhidos ao processo foi precedida de autorização judicial.

41. Não há falar em violação de sigilo fiscal pelos agentes da Receita Federal que apuraram os fatos relativamente a André Vargas e as empresas Limiar e LSI.

42. Não existe, afinal, sigilo fiscal oponível aos agentes da própria Receita Federal.

43. Identificados em ação fiscal, indícios da prática de crimes, a comunicação dos fatos pelo agente fiscal às autoridades competentes, especificamente à Polícia Federal ou ao Ministério Público Federal, não é tratado pela lei como quebra de sigilo fiscal, como prevê expressamente o art. 198 do Código Tributário Nacional, especialmente §3.º, I.

44. Ao contrário, há até mesmo um dever dos agentes fiscais na comunicação de ilícitos criminais às autoridades encarregadas da investigação ou persecução de crimes.

45. A exigência de se aguardar a constituição definitiva do crédito tributário, por outro lado, só é cabível em relação a crimes contra a ordem tributária, não se aplicando a mesma regra para crimes de corrupção ou lavagem de dinheiro.

46. Se a comunicação pelos agentes fiscais de indícios de crime de corrupção e de lavagem às autoridades responsáveis não representa quebra de sigilo fiscal, não há ilicitude a ser reconhecida diante da realização dessa comunicação em um caso concreto.

47. O Ministério Público, por sua vez, tem o poder de requisitar documentos ou informações da Administração Pública, como prevê expressamente o art. 8º, II, da Lei Complementar nº 17/1993.

48. Pode-se discutir se o poder de requisição do Ministério Público abrange a quebra de sigilo fiscal, mas, no presente caso, a questão é irrelevante uma vez que os dados e informações comunicados pelas autoridades fiscais, por envolverem indícios do cometimento de crimes de lavagem e de corrupção, não estavam acobertados pelo dever de manutenção do sigilo fiscal, antes estavam submetidos ao dever de comunicação.

49. Como se não bastasse, este Juízo, a pedido da autoridade policial e do MPF, decretou, já em 11/03/2015, a quebra do sigilo fiscal e bancário de André Vargas e de seus associados, inclusive da empresa LSI (evento 8 do processo 5010767-87.2015.4.04.7000).

50. Transcrevo:

"Trata-se de pedido da autoridade policial de quebra de sigilo bancário e fiscal relacionada a André Luiz Vargas Ilário.

O MPF opinou favoravelmente à quebra.

No âmbito da assim denominada Operação Lavajato foram colhidas fortuitamente provas do envolvimento do Deputado Federal André Luiz Vargas Ilário com Alberto Youssef.

Os elementos foram enviados ao Supremo Tribunal Federal, 5026037-88.2014.404.7000, que recentemente os declinou de volta, já que o parlamentar federal foi cassado por seus pares.

Entre os elementos probatórios encontra-se troca de mensagens telemáticas entre ambos sobre variados assuntos.

Meire Bonfim Poza, contadora de Alberto Youssef, chamada a depor na Polícia Federal sobre documentos apreendidos na Operação Lavajato, declarou que emitiu, em 27/12/2013, a pedido de Alberto Youssef notas fiscais de suas empresas AJPP Serviços Educacionais, no valor de R\$ 964.350,00, e Arbor Contábil, de R\$ 1.435.500,00, em favor da empresa IT7 Sistemas Ltda. por serviços que não foram prestados. As notas visariam acobertar transferência de recursos cujo destinatário seria Leon Vargas, irmão de André Vargas.

Alberto Youssef, também ouvido, declarou que recebeu orientação de Leon Vargas de que o numerário deveria ficar à disposição de André Vargas.

O numerário, segundo Meire e Alberto Youssef, teria sido entregue aos irmãos Vargas.

Há prova documental dessas transações, com as notas fiscais, e também mensagens eletrônicas trocadas entre Meire Pozza, Leon Vargas e Marcelo Simões.

Embora não esteja clara a origem do numerário envolvido na transação, a expedição de notas fiscais fraudulentas para acobertar transações milionárias levanta fundadas suspeitas da origem criminosa dos valores.

Informa ainda a autoridade policial a instauração de inquérito para apurar a aquisição subfaturada de imóvel residencial por André Luis Vargas Ilário e sua esposa Edilaira Soares Gomes. Os compradores declararam a compra por R\$ 500.000,00, enquanto o vendedor confirmou que o imóvel teria sido vendido por 980 mil. Grande parte dos valores foi paga em espécie. O subfaturamento da compra pode ter sido expediente utilizado para ocultar a utilização de recursos criminosos na compra.

Por fim, consta ainda na representação, que a empresa LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda. que tem no quadro social Leon Vargas e Milton Vargas, este em substituição a Simone Imamura, teria distribuído em lucros cerca de 1,5 milhões de reais, o que seria aparentemente incompatível com o capital social da empresa.

Todos esses elementos constituem causa provável suficiente para a quebra de sigilo fiscal e bancário de todos os envolvidos.

Não há outro meio no momento disponível para colher essa prova, já que é necessário rastrear os valores.

Ante o exposto, defiro o requerido para decretar a quebra do sigilo fiscal e bancário de:

- 1) Andre Luis Vargas Ilario, CPF 497.509.509-25;*
- 2) Edilaira Soares Gomes CPF 004.974.169-13;*
- 3) Leon Denis Vargas Ilario CPF 742.781.269-72;*
- 4) Milton Vargas Ilário CPF 597.336.409-72;*
- 5) Simone Inamura CPF 021.290.169-95; e*
- 6) LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda CNPJ
14.262.618/0001-34.*

A quebra do sigilo fiscal abrange o período de 01/01/2011 a 31/12/2014 e todos os elementos disponíveis à Receita Federal.

Encarrego a própria Polícia Federal de colher as provas junto à Receita Federal, juntando os elementos aos autos.

A quebra de sigilo bancário abrange o período de 01/01/2011 a 31/12/2014 e todos os elementos relativos às contas dos investigados, documentos, movimentação, origem dos créditos e destino dos débitos.

Expeça-se ofício ao Bacen nos termos requeridos pela autoridade policial."

51. No mesmo processo, pela decisão de 27/03/2015 (evento 26), ampliei a quebra, a pedido do MPF, para também abranger a empresa Limiar.

52. Pelo que se depreende da manifestação do MPF no evento 101 da ação penal conexa n.º 5023121-47.2015.404.7000, as informações relativas à ação fiscal contra a Limiar e a LSI, como desdobramento da ação fiscal contra André Vargas, foram informadas pela Receita Federal ao MPF após as decisões de quebras judiciais, o que encontra confirmação nos ofícios juntados no evento 101, anexo2 e anexo3, da referida ação penal 5023121-47.2015.404.7000.

53. Assim, os elementos probatórios relativos à ação fiscal contra a Limiar e a LSI sequer teriam vindo aos autos pela requisição do Procurador Geral da República, como afirma equivocadamente a Defesa, mas por requisição do Ministério Público Federal local após a quebra judicial de sigilo fiscal. Para esta, os elementos fundamentais foram as declarações não só do colaborador Alberto Youssef, mas também da contadora Meire Pozza, ambas corroboradas pela apreensão de notas fiscais e cópias de mensagens telemática (não do Blackberry) acerca da prática de operações fraudulentas com Leon Vargas e André Vargas.

54. Então, não há falar em violação do sigilo fiscal sob qualquer aspecto possível.

II. 4

55. A Defesa de André Luiz Vargas Ilário alegou que houve cerceamento de defesa pelo indeferimento por este Juízo da oitiva das testemunhas Ênio Verri e Alex Canziani, ambos Deputados Federais, e que teriam sido tempestivamente arroladas pela Defesa.

56. Na decisão em que analisadas as respostas à acusação, proferida em 28/07/2016, determinei a intimação da Defesa para que esclarecesse se as testemunhas possuíam efetivo conhecimento sobre os fatos ou se seriam meramente abonatórias (evento 22).

57. A Defesa limitou-se a aduzir, genericamente, que as testemunhas poderiam contribuir "para esclarecer os supostos delitos antecedentes e os fatos que basearam a denúncia oferecida" (evento 71).

58. Este Juízo resolveu então oportunizar nova manifestação da Defesa, para que dessa feita esclarecesse a necessidade e a imprescindibilidade da oitiva das testemunhas em comento. Transcrevo da decisão proferida em 26/08/2015 (evento 86):

"A Defesa não especificou quais seriam os fatos sobre os quais as testemunhas teriam ciência, a fim de viabilizar análise deste Juízo a respeito da pertinência da prova requerida, nos termos do artigo 400, § 1º, do CPP.

A oitiva de testemunhas que são agentes políticos é sempre demorada e difícil em vista do procedimento do art. 221 do CPP.

Deve-se ademais prevenir a eventual utilização do processo judicial como forma de gerar constrangimento desnecessário a agentes públicos, o que é sempre uma possibilidade, especialmente em casos rumorosos.

O fato aqui é bem objetivo, lavagem de dinheiro consistente na aquisição, com recursos criminosos e mediante subfaturamento, de imóvel em Londrina.

Então deve a Defesa objetivamente esclarecer se as testemunhas em questão têm ou não conhecimento sobre fatos que possam esclarecer o objeto da imputação.

A mera afirmação genérica não é suficiente, máxime porque no feito conexo já arrolou parlamentar, o referido Deputado Federal Carlos Zaratini, que nada sabia de relevante para esclarecimento dos fatos.

Devolvo o prazo de três dias para Defesa cumprir seu ônus, sob pena de preclusão".

59. Em petição protocolada no evento 98, a Defesa de André Luiz Vargas Ilário insistiu na necessidade de oitiva das testemunhas por ele arroladas justificando-a nos seguintes termos: "(i) Deputado Federal Alex Canziani, eis que conhece o histórico de atividade parlamentar do Acusado, inclusive eventuais relacionamentos profissionais com a Caixa Econômica Federal e demais empresas públicas bem como da necessidade de oitiva da testemunha, (ii) Deputado Federal Ênio Verri, eis que é Presidente Estadual do partido político que o Acusado era filiado bem como conhece sua vida profissional e familiar há 20 anos".

60. Proferi, então, a seguinte decisão em 12/09/2015 (evento 108):

"Ora, o fato descrito na peça acusatória, conforme já ressaltai na decisão acima transcrita, é bem objetivo e consiste na imputação do crime de lavagem de dinheiro aos acusados pela aquisição, com recursos criminosos e mediante subfaturamento, de imóvel em Londrina.

Qualifica-se como testemunha quem conhece os fatos do processo ou podem esclarecer fatos relevantes para o julgamento do processo. Se o conhecimento das testemunhas, conforme apontado pela própria Defesa, cinge-se aos "relacionamentos profissionais", ao "histórico de atividade parlamentar" e à "vida profissional e familiar" do acusado, é evidente que não conhecem os fatos do processo e, portanto, não se qualificam como testemunhas, sendo a prova requerida manifestamente irrelevante.

Assim como todo o respeito, a justificativa apresentada pela Defesa confirma a tese aventada por este Juízo de que seriam elas testemunhas meramente abonatórias.

Não é o caso, considerando o procedimento burocrático previsto no artigo 221 do CPP e o escasso tempo das autoridades públicas, ouvir testemunhas, Parlamentares Federais, exclusivamente abonatórias.

Assim, indefiro o pedido de oitiva das testemunhas Deputado Federal Alex Canziani e Deputado Federal Ênio Verri, nos termos do artigo 400, § 1º, do CPP. Faculto, entretanto, a juntada aos autos de declarações firmadas pelas referidas testemunhas, até o final da instrução, se assim desejar a Defesa".

61. A ampla defesa, direito fundamental, não significa um direito amplo e irrestrito à produção de qualquer prova, mesmo as impossíveis, as custosas e as protelatórias. Cabe ao julgador, como dispõe expressamente o art. 400, §1º, do CPP, um controle sobre a pertinência, relevância e necessidade da prova. Conquanto o controle deva ser exercido com cautela, não se justifica a produção de provas manifestamente desnecessárias ou impertinentes ou com intuito protelatório. Acerca da vitalidade constitucional de tal regra legal, transcrevo o seguinte precedente de nossa Suprema Corte:

"HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE PROVA. SUBSTITUIÇÃO DO ATO COATOR. SÚMULA 691. 1. Não há um direito absoluto à produção de prova, facultando o art. 400, § 1.º, do Código de Processo Penal ao juiz o indeferimento de provas impertinentes, irrelevantes e protelatórias. Cabíveis, na fase de diligências complementares, requerimentos de prova cuja necessidade tenha surgido apenas no decorrer da instrução. Em casos complexos, há que confiar no prudente arbítrio do magistrado, mais próximo dos fatos, quanto à avaliação da pertinência e relevância das provas requeridas pelas partes, sem prejuízo da avaliação crítica pela Corte de Apelação no julgamento de eventual recurso contra a sentença. 2. Não se conhece de habeas corpus impetrado contra indeferimento de liminar por Relator em habeas corpus requerido a Tribunal Superior. Súmula 691. Óbice superável apenas em hipótese de teratologia. 3. Sobrevindo decisão do colegiado no Tribunal Superior, há novo ato coator que desafia enfrentamento por ação própria." (HC 100.988/RJ - Relatora para o acórdão: Min. Rosa Weber - 1ª Turma - por maioria - j. 15.5.2012)

62. Assim, as provas requeridas, ainda que com cautela, podem passar pelo crivo de relevância, necessidade e pertinência por parte do Juízo.

63. Oportunizei à Defesa, por duas vezes, que indicasse, objetivamente, ainda que de forma sucinta, os fatos sobre os quais as testemunhas arroladas teriam algum conhecimento, a fim de viabilizar a análise da pertinência e da relevância de suas oitivas por este Juízo.

64. Na primeira manifestação, a Defesa limitou-se a aduzir, de forma genérica, que as testemunhas teriam conhecimento sobre os fatos objeto do processo e sobre as infrações penais antecedentes. Na segunda oportunidade, a Defesa consignou expressamente que o conhecimento de ambas as testemunhas cingia-se ao "histórico de atividade parlamentar" e à "vida profissional e familiar" do acusado (evento 98).

65. Evidenciado, portanto, que as testemunhas nada sabiam objetivamente a respeito dos fatos, a saber, a aquisição de imóvel em Londrina/PR pelo acusado de forma subfaturada, sendo meramente abonatórias da conduta de André Luiz Vargas.

66. Não se justifica, em processo com acusado preso, e diante do postulado da razoável duração do processo, a oitiva de testemunhas meramente abonatórias por meio do lento e burocrático procedimento previsto no artigo 221 do CPP.

67. A oitiva seria, ademais, contraproducente ao interesse público, eis que o tempo dos parlamentares, e igualmente deste Juízo, seria inutilmente despendido com depoimentos alusivos à conduta pessoal e profissional do

acusado, sendo mais do que razoável, nesse sentido, a faculdade ofertada por este Juízo de que fossem juntadas as declarações das testemunhas abonatórias aos autos até o término da instrução.

68. Assim, considerando-se, conjuntamente, o disposto no artigo 400, § 1º, do CPP, o interesse público envolvido, e a oportunidade de que as declarações abonatórias fossem juntadas aos autos para integrar o acervo probatório, não há que se falar, sob qualquer ângulo, em cerceamento de defesa.

II.5

69. Questionou a Defesa de André Vargas, igualmente, a validade dos elementos de informação produzidos pelo órgão acusatório na fase inquisitorial por não constarem de procedimento investigatório criminal próprio, sujeitos à prévia franquia e ao controle da Defesa.

70. Exemplifica tais elementos como sendo os termos de declarações e documentos apresentados por algumas testemunhas e que foram anexados no evento 1, conjuntamente à exordial acusatória (v.g., depoimentos de Orandi Momesso e Francisco Paludetto anexados no evento 1, anexo8 e anexo10).

71. As investigações preliminares são instrumentais à denúncia e eventuais vícios não afetam a validade das provas colhidas durante a ação penal.

72. Não consigo vislumbrar invalidade ou ilicitude no ato do MPF de inquirir testemunhas na fase de investigação preliminar.

73. Agrego, ainda, que no ordenamento jurídico brasileiro o inquérito policial é instrumento dispensável. Assim, igualmente, não há que se falar na obrigatoriedade de instauração de procedimento investigativo prévio pelo MPF.

74. Ademais, ainda que as testemunhas tenham sido ouvidas na fase inquisitorial, o que importa para o julgamento é a sua oitiva em juízo, sob o contraditório.

75. Assim, não reconheço a invalidade dos elementos de informação anexados pelo MPF no evento 1 e que instruíram a denúncia.

II.6

76. A Defesa de Eidilaira Soares Gomes aduziu que houve cerceamento de defesa pelo indeferimento da perícia grafotécnica requerida em sede de diligências complementares.

77. Em petição anexada no evento 144, a Defesa argumentou a necessidade de realização de exame pericial grafotécnico sobre as assinaturas apostas na "Proposta para compra de imóvel" (evento 1, anexo2, fl. 32) e no cheque caução emitido no valor de R\$ 303.543,85 (evento 1, anexo2, fl. 43), sob a alegação de que as assinaturas constantes dos documentos e a ela atribuída não teriam partido do seu próprio punho.

78. O fato é que a divergência entre a assinatura constante da "proposta de compra" e a lançada pela acusada no termo de seu interrogatório (fl. 3, termoaud1, evento 143), é constatável a olho nu.

79. Já a assinatura constante do cheque-caução foi reconhecida pela acusada, em seu interrogatório, como lavrada de seu próprio punho, sendo, ademais, bastante similar à lançada no termo de seu interrogatório.

80. Apreciei, não obstante, o requerimento em decisão proferida em 16/10/2015, nos seguintes termos (evento 147):

"Relativamente ao requerimento de perícia grafotécnica efetuado pela Defesa da acusada Edilaira, observo que os documentos questionados já se encontravam nos autos desde a denúncia. Assim, eventual perícia grafotécnica deveria ter sido requerida com a resposta preliminar e não tardiamente na fase do art. 402 do CPP. As diligências nessa fase só se justificam quando a necessidade surgiu no decorrer da instrução ordinária. Por outro lado, se a acusada, como afirma, não assinou os documentos, já detinha esse conhecimento desde o início, não se justificando realizar o requerimento apenas na fase do art. 402 do CPP. Portanto, houve preclusão da oportunidade de formular esse requerimento, o que deveria ter sido feito na resposta preliminar, não se tratando de prova que se enquadra nos limites do art. 402 do CPP.

Agrego que, prima facie, mais do que a participação objetiva da acusada nos fatos, o ponto relevante parece ser o elemento subjetivo e em nada a perícia grafotécnica elucidaria essa questão.

Indefiro, portanto essa prova".

81. Assim, conforme ressaltado por este Juízo na referida decisão, na fase do art. 402 do CPP não se reabre a instrução, cabendo apenas "diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução".

82. Provas que não reúnam essas características deveriam ter sido requeridas na denúncia ou na resposta preliminar e o requerimento somente na fase do art. 402 do CPP é intempestivo.

83. Por outro lado, e conforme já ressaltado acima (item 61), a ampla defesa, direito fundamental, não significa um direito amplo e irrestrito à produção de qualquer prova, mesmo as impossíveis, as custosas e as protelatórias. Cabe ao julgador, como dispõe expressamente o art. 400, §1º, do CPP, um controle sobre a pertinência, relevância e necessidade da prova. Conquanto o controle deva ser exercido com cautela, não se justifica a produção de provas manifestamente desnecessárias ou impertinentes ou com intuito protelatório.

84. O controle da pertinência é ainda mais relevante no caso de prova pericial, já que esta é custosa e demorada. Daí a previsão específica do art. 184 do CPP:

"Art. 184. Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade."

85. Assim, porque irrelevante, impertinente e intempestivo, restou indeferido o requerimento de perícia grafotécnica, não havendo que se falar em cerceamento de defesa.

86. De todo modo, e conforme já consignado, a questão relevante no caso de Eidilaira Soares Gomes é o elemento subjetivo do crime de lavagem de dinheiro.

87. Ao final, reputei não haver prova acima de qualquer dúvida razoável quanto ao dolo da acusada, absolvendo-a, conseqüentemente, da imputação por crime de lavagem de dinheiro.

88. Assim, a insurgência quanto ao indeferimento da perícia por ela requerida tornou-se irrelevante.

II.7

89. A Defesa de Eidilaira Soares Gomes afirmou, ainda, que houve afronta ao princípio da obrigatoriedade e da indivisibilidade da ação penal pública pelo fato de o MPF não haver denunciado conjuntamente o vendedor do imóvel, apontado pela Defesa como o responsável pela declaração subfaturada do valor de aquisição do bem.

90. Inicialmente, cabe pontuar que para parcela da doutrina, e igualmente nos Tribunais Superiores, tem prevalecido atualmente o entendimento de que a ação penal pública é divisível, cabendo ao Ministério Público oferecer denúncia contra alguns dos coautores e partícipes, em relação aos quais já exista justa causa, sem prejuízo do prosseguimento nas investigações quanto aos demais envolvidos.

91. Nada impede, assim, que, posteriormente, outras pessoas com eventual participação nos fatos objeto deste processo sejam identificadas e processadas pelo Ministério Público Federal.

92. Em rigor, havendo acusado preso, urge ao MPF, por força de lei, que ofereça imediatamente a peça acusatória em relação aos acusados presos e demais agentes individualizados, uma vez preenchidos os requisitos legais, sem prejuízo do prosseguimento das investigações em relação a terceiros.

93. Agregue-se que eventual violação aos princípios da obrigatoriedade e da indivisibilidade, para aqueles que entendem seja esse o princípio incidente na ação penal pública, só pode ser corrigida com o oferecimento da denúncia contra a pessoa que deveria ter sido denunciada, mas eventual falta não gera, como na ação penal privada, qualquer benefício aos demais coacusados.

94. Assim, não há que se falar em ofensa aos princípios da obrigatoriedade e da (in)divisibilidade da ação penal pública, ao contrário do alegado pela Defesa.

95. Ainda que assim não fosse, o reconhecimento de eventual violação não geraria direitos ao acusado, mas sim deveres ao órgão acusatório.

II.8

96. A tese da Acusação é bastante simples.

97. André Luiz Vargas Ilário e Eidilaira Soares Gomes, com o auxílio de Leon Denis Vargas Ilário, teriam adquirido, por valor subdeclarado, ocultando e dissimulando o emprego de R\$ 480.000,00 de origem criminosa, imóvel consistente em casa na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

98. Importante inicialmente destacar que esta ação penal não tem por objeto os crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, os quais, de forma parcial, foram objeto da ação penal 5023121-47.2015.4.04.7000, já sentenciada por este Juízo (cópia anexada no evento 113).

99. Há, em processos por crimes de lavagem, uma usual confusão entre o crime antecedente e o crime de lavagem.

100. Devido ao princípio da autonomia do crime de lavagem veiculado no art. 2º, II, da Lei nº 9.613/1998, o processo e o julgamento do crime de lavagem independem do processo e julgamento dos crimes antecedentes.

101. Não é preciso, portanto, no processo pelo crime de lavagem identificar e provar, com todas as suas circunstâncias, o crime antecedente, pois ele não constitui objeto do processo por crime de lavagem.

102. Basta provar que os valores envolvidos nas condutas de ocultação e dissimulação têm origem e natureza criminosa.

103. Em casos envolvendo lavagem de produto de crimes complexos, a prova disponível da origem e natureza criminosa dos recursos envolvidos será usualmente indireta ou indiciária no sentido técnico do art. 239 do Código de Processo Penal.

104. No Direito Comparado, tem se entendido que a prova indireta ou indiciária é fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro, inclusive quanto à prova de que o objeto da lavagem é produto de um crime antecedente.

105. Por exemplo, nos Estados Unidos, tal prova pode ser satisfeita com elementos circunstanciais, a expressão usualmente utilizada para representar a prova indireta. Ilustrativamente:

- em *United States v. Abbel*, 271 F3d 1286 (11th Cir. 1001), decidiu-se que a prova de que o cliente do acusado por crime de lavagem era um traficante, cujos negócios legítimos eram financiados por proventos do tráfico, era suficiente para concluir-se que as transações do acusado com seu cliente envolviam bens contaminados;

- em *United States v. Golb*, 69 F.3d 1417 (9th Cir. 1995), entendeu-se que, quando o acusado por crime de lavagem faz declarações de que o adquirente de um avião é um traficante e quando o avião é modificado para acomodar entorpecentes, pode ser concluído que o dinheiro utilizado na aquisição era dinheiro proveniente de tráfico de entorpecentes;

- em *United States v. Reiss*, 186 F.3d 149 (2d Cir. 1999), a utilização de subterfúgios para o pagamento de um avião envolvendo conhecido traficante foi considerada suficiente para estabelecer a procedência ilícita dos recursos empregados na compra;

- em casos como *United States v. Hardwell*, 80 F.3d 1471 (10th Cir. 1996) e *United States v. King*, 169 F.3d 1035 (6th Cir. 1999), decidiu-se que a falta de prova de renda legítima ou suficiente para justificar transações feitas por criminoso era prova suficiente da origem criminosa dos recursos empregados.

106. Tais casos e os respectivos resumos foram extraídos de manual dirigido aos Procuradores Federais norte-americanos, no qual sob o título "Prova circunstancial é suficiente para demonstrar que a propriedade é proveniente de atividade criminosa específica" ("circumstantial evidence sufficient to show property was SUA proceeds"), são arrolados cerca de onze precedentes (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Criminal Division. Asset Forfeiture and Money Laundering Section. *Federal Money Laundering Cases: Cases interpreting the Federal Money Laundering Statutes* (18 U.S.C. §§ 1956, 1957, and 1960 and Related Forfeiture Provisions (18 U.S.C. §§ 981 and 982). janeiro, 2004, p.30-31.)

107. De forma semelhante, o Supremo Tribunal Espanhol - STE vem entendendo que a condenação pelo crime de lavagem não exige a condenação pelo crime antecedente, que a prova de que o objeto da lavagem é produto de crime antecedente pode ser satisfeita com prova indiciária e que esta, em geral, tem um papel fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro. Ilustrativamente (Todos esses julgados podem ser acessados através do site www.poderjudicial.es):

- na STS 392/2006 entendeu-se que a prova de que o acusado figurava como proprietário de embarcação de alta velocidade em Celta, do tipo comumente utilizada para transporte de droga na região do Estreito de Gibraltar, sem ter renda lícita que pudesse justificar tal propriedade, aliada à prova de que a embarcação teria, na única vez em que utilizada, sido conduzida por pessoa com antecedente por crime de tráfico de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 33/2005 decidiu-se que a aquisição pelo acusado de quatro embarcações de alta velocidade e um veículo, sem que ele tivesse renda de fonte lícita ou fornecido explicações para as aquisições e para o destino dos bens, aliada à prévia condenação dele por tráfico de drogas e à prova de que ele seria dependente de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 1637/1999 entendeu-se que realização, por pessoa com antecedentes por tráfico de drogas, de transações elevadas em dinheiro aliada à inexistência de operações comerciais ou negócios que pudessem justificar a

origem da expressiva quantidade de dinheiro, constituíam prova indiciária suficiente de lavagem de dinheiro proveniente de tráfico de drogas;

- na STS 1704/2001 decidiu-se que a prova do crime de lavagem não depende de sentença quanto ao crime antecedente e que da realização de operações bancárias extravagantes envolvendo dinheiro proveniente de tráfico de drogas pode-se inferir dolo do crime de lavagem.

108. Da referida STS 392/2006, é oportuna transcrição, ainda que longa, da fundamentação que vêm sendo empregada pelo STE quanto à avaliação da prova indiciária em geral e desta em relação ao crime de lavagem.

"1. Es doctrina reiterada de esta Sala la eficacia probatoria de la prueba de indicios y la exigencia de una serie de requisitos relativos a los indicios y a la inferencia.

'La prueba indiciaria, circunstancial o indirecta es suficiente para justificar la participación en el hecho punible, siempre que reúna unos determinados requisitos, que esta Sala, recogiendo principios interpretativos del Tribunal Constitucional, ha repetido hasta la saciedad. Tales exigencias se pueden concretar en las siguientes:

1) De carácter formal: a) que en la sentencia se expresen cuáles son los hechos base o indicios que se estimem plenamente acreditados y que van a servir de fundamento a la deducción o inferencia; b) que la sentencia haya explicitado el razonamiento a través del cual, partiendo de los indicios, se ha llegado a la convicción del acaecimiento del hecho punible y la participación en el mismo del acusado, explicitación, que aún cuando pueda ser sucinta o escueta se hace imprescindible en el caso de prueba indiciaria, precisamente para posibilitar el control casacional de la racionalidad de la inferencia.

2) Desde el punto de vista material es preciso cumplir unos requisitos que se refieren tanto a los indicios en si mismos, como a la deducción o inferencia.

Respecto a los indicios es necesario:

a) que estén plenamente acreditados.

b) de naturaleza inequívocamente acusatoria.

c) que sean plurales o siendo único que posea una singular potencia acreditativa.

d) que sean concomitantes al hecho que se trate de probar.

e) que estén interrelacionados, cuando sean varios, de modo que se refuerzen entre sí.

En cuanto a la deducción o inferencia es preciso:

a) que sea razonable, es decir, que no solamente no sea arbitraria, absurda e infundada, sino que responda plenamente a las reglas de la lógica y la experiencia.

b) que de los hechos base acreditados fluya, como conclusión natural, el dato precisado de acreditar, existiendo entre ambos un 'enlace preciso y directo según las reglas del criterio humano.'

2. *En el delito de blanqueo de capitales, provenientes de delitos de tráfico de drogas, se ha venido exigiendo tres elementos indiciarios, cuya concurrencia podría desembocar en la convicción de la existencia del delito, lógicamente dependiendo de la intensidad de los mismos y de las explicaciones o justificaciones del acusado.*

Estos indicios consisten en:

a) el incremento inusual del patrimonio del acusado.

b) la inexistencia de negocios lícitos que puedan justificar el referido incremento patrimonial así como las adquisiciones y gastos realizados.

c) la constatación de un vínculo o conexión con actividades de tráfico de estupefacientes o con personas o grupos relacionados con los mismos."

109. No Brasil, a jurisprudência dos Tribunais de Apelação ainda não é suficientemente significativa a respeito desta questão. Não obstante, é possível encontrar alguns julgados adotando o mesmo entendimento, de que a prova indiciária do crime antecedente é suficiente. Por exemplo, no julgamento da ACR 2000.71.00.041264-1 - 8.^a Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - por maioria - j. 25/07/2007, DE de 02/08/2007, e da ACR 2000.71.00.037905-4 - 8.^a Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - un. - j. 05/04/2006, DE de 03/05/2006, o TRF da 4.^a Região, em casos envolvendo lavagem de dinheiro tendo por antecedentes crimes de contrabando, descaminho e contra o sistema financeiro, decidiu expressamente que "não é exigida prova cabal dos delitos antecedentes, bastando apenas indícios da prática das figuras mencionadas nos incisos I a VII para que se complete a tipicidade". Também merece referência o precedente nas ACRs 2006.7000026752-5/PR e 2006.7000020042-0, 8.^a Turma do TRF4, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum, un., j. 19/11/2008, no qual foi reconhecido o papel relevante da prova indiciária no crime de lavagem de dinheiro.

110. Também merece referência o seguinte precedente da 5.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça, da lavra do eminente Ministro Felix Fischer, quanto à configuração do crime de lavagem, quando do julgamento de recurso especial interposto contra acórdão condenatório por crime de lavagem do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região:

"Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessária a prova cabal do crime antecedente, mas a demonstração de 'indícios suficientes da existência do crime antecedente', conforme o teor do §1.º do art. 2.º da Lei n.º 9.613/98. (Precedentes do STF e desta Corte)" (RESP 1.133.944/PR - Rel. Min. Felix Fischer - 5.^a Turma do STJ - j. 27/04/2010)

111. O fato é que o crime de lavagem de dinheiro reveste-se usualmente de certa complexidade, sendo difícil revelá-lo e prová-lo. O usual será dispor apenas de prova indireta de seus elementos, inclusive quanto à origem criminosa dos bens, direitos e valores envolvidos.

112. Admitir a validade da prova indireta para a caracterização do crime de lavagem não é algo diferente do que ocorre em relação a qualquer outro crime. Isso não significa, por outro lado, um enfraquecimento das garantias do acusado no processo penal, pois a prova, ainda que indireta, deve ser convincente para satisfazer o standard da prova acima de qualquer dúvida razoável.

113. No presente caso, não obstante, parcela das infrações penais apontadas como antecedentes, os crimes de corrupção passiva praticados pelos acusados André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário, foram comprovadas acima de qualquer dúvida razoável, havendo certeza quanto à sua existência, conforme sentença de parcial procedência proferida na ação penal 5023121-47.2015.404.7000 (cópia anexada no evento 149), conquanto não tenha havido, ainda, o trânsito em julgado.

114. Tais crimes consistiram no pagamento de vantagens indevidas pelo coacusado, naquela ação penal, Ricardo Hoffmann, dirigente da agência de publicidade Borghi Lowe Propaganda e Marketing Ltda, filial Brasília, a André Vargas e a Leon Vargas, com a finalidade de que o primeiro, então Deputado Federal, interviesse para que referida empresa, a Borghi Lowe, fosse contratada para agenciar serviços de publicidade para a Caixa Econômica Federal e para o Ministério da Saúde.

115. Os atos de corrupção ocorreram ao menos por três vezes, em datas próximas às assinaturas dos contratos de publicidade com a Caixa Econômica Federal, em 22/08/2008 (contrato 4138/08) e 22/04/2013 (contrato 1027/13), e com o Ministério da Saúde, em 31/12/2010 (contrato 314/10).

116. Em contrapartida, a Borghi Lowe, por intermédio de Ricardo Hoffmann, orientou empresas contratadas para a efetivação dos serviços de publicidade a realizar depósitos de comissões denominadas de "bônus de volume" nas contas das empresas LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda, com sede em São Paulo, e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda, com sede em Curitiba, controladas por André Vargas e seus irmãos, Leon Vargas e Milton Vargas.

117. Para justificar os recebimentos, foi simulada a prestação de serviços pelas empresas LSI e Limiar para as empresas contratadas pela Borghi Lowe para a produção de vídeos e áudios para as campanhas publicitárias da Caixa e do Ministério da Saúde.

118. Nesse contexto, ficou comprovado o pagamento, pelas empresas prestadoras de serviços, de R\$ 700.800,68 à empresa LSI, entre 14/02/2011 e 02/04/2014, e de R\$ 403.149,44 à empresa Limiar, no período compreendido entre 23/06/2010 a 12/09/2011, totalizando, assim, R\$ 1.103.950,12.

119. Tais valores foram repassados às empresas LSI e Limiar a título de bônus de volume, bonificação pagas às agências de publicidade pela intermediação entre as produtoras e o cliente, porém, na realidade, consubstanciaram propina destinada a André Vargas e que foi paga pelas empresas por solicitação de Ricardo Hoffmann.

120. Pelos fatos em questão, André Luiz Vargas Ilário foi condenado a uma pena de catorze anos e quatro meses de reclusão e duzentos e oitenta e oito dias-multa, em regime inicial fechado, por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

121. Leon Denis Vargas Ilário, por sua vez, foi condenado a uma pena de onze anos e quatro meses de reclusão e cento e sessenta e dias-multa, em regime inicial fechado, por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

122. Ricardo Hoffmann foi condenado a uma pena de doze anos e dez meses de reclusão e duzentos e trinta e um dias-multa, em regime inicial fechado, por crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

123. Os crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro que foram objeto da ação penal nº 5023121-47.2015.404.7000 e que configuram crimes antecedentes à lavagem de dinheiro objeto da presente ação penal foram assim comprovados acima de qualquer dúvida razoável, conforme sentença proferida naquela ação penal, a qual foi objeto de recurso de apelação pelo MPF e Defesas que atualmente tramita perante o Colegiado da 8ª Turma do TRF4, sob a classe apelação criminal n.º 5023121-47.2015.404.7000.

124. Além de tais crimes, sobre os quais recai juízo de certeza, existem ainda fortes indícios da prática de outras infrações penais pelos acusados André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário.

125. Primeiro, há de ser destacada a existência de provas de que as próprias empresas de fachada LSI e Limiar, controladas por André Vargas e Leon Vargas, receberam recursos bem mais vultosos do que os que foram objeto de lavagem na ação penal 5023121-47.2015.404.7000.

126. Segundo consta da Informação 113/2015, elaborada pelo MPF a partir do resultado da quebra de sigilo bancário autorizada por este Juízo nos autos 5010767-87.2015.404.7000, as empresas LSI e Limiar receberam, de dezenas de pessoas, um total de R\$ 7.423.658,17 entre os anos de 2009 a 2015.

127. A Limiar teria recebido R\$ 3.294.745,43, entre 01/01/2009 a 25/03/2015, e a LSI, R\$ 4.128.912,74, entre 01/01/2011 a 31/12/2014 (anexo3, evento 1).

128. Dentre os depositantes desses expressivos valores constam outras empresas que mantiveram ou mantêm contratos com o Poder Público, a exemplo da JBS S/A, que depositou R\$ 177.700,00 em favor da Limiar e a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, que depositou R\$ 46.925,00 em favor da LSI.

129. Embora não seja possível afirmar que tais depósitos fossem destituídos de causa lícita, o fato é que a JBS S/A já apareceu anteriormente em investigação relacionada a assim denominada Operação Lava Jato, figurando como depositante de R\$ 400.000,00 na conta em nome de Gilson Ferreira Transportes, mantida em Curitiba entre 01/03/2013 e 04/03/2013. Referida conta foi utilizada em operação de lavagem de produto de tráfico de drogas, como apontado na sentença prolatada na ação penal 5025687-03.2014.404.7000. Não se logrou identificar o verdadeiro controlador da conta Gilson Ferreira, mera empresa de fachada.

130. Outro elemento comprobatório de que a LSI recebeu valores que extravasam em muito o objeto da ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000 é a planilha apreendida em sua residência, mediante decisão judicial proferida em 02 de abril de 2015 nos autos de busca e apreensão n.º 5014497-09.2015.404.7000 (evento 13).

131. Referido documento é visualizável às fls. 5/8, evento 50, apreensao1 dos autos 5014497-09.2015.404.7000.

132. Percebe-se que traz no cabeçalho o nome da LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda e em seu corpo o nome de diversos "contratantes" seguidos dos valores que eles depositaram nas contas da LSI, os quais totalizaram R\$ 3.170.292,02, entre 19/12/2011 a 28/03/2014.

133. Do conteúdo da tabela é possível identificar que algumas das contratantes são as produtoras Sagaz Digital, Enoise Estúdio, Conspiração Filmes, Luiz Portela Produções e Zulu Filmes, mencionadas na ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000 como responsáveis pelos depósitos dos "bônus de volume" em favor da LSI e da Limiar e por ordem de Ricardo Hoffmann.

134. As demais contratantes, e isso é interessante observar, são empresas, em sua maioria, relacionadas ao mercado publicitário, como produtoras e gráficas, o que reforça não só o estratagema ilícito promovido pelos acusados, como também, novamente, que o seu alcance foi além do estrito objeto do processo criminal 5023121-47.2015.404.7000.

135. Dentre as depositantes, exemplificativamente, destaca-se a Pepper Comunicação Interativa Ltda.

136. Referida empresa efetuou depósitos em favor da LSI em 04/05/12, R\$ 3.350,00, em 22/11/12, R\$ 75.000,00, em 19/02/2013, R\$ 8.964,00, em 11/04/2013, R\$ 3.101,00, em 21/08/2013, R\$ 8.450,00, totalizando, assim, a expressiva quantia de R\$ 98.865,00 em pouco mais de um ano.

137. A Pepper Comunicação Interativa Ltda, fato notório e amplamente divulgado pela mídia, está sendo investigada pelo recebimento irregular de valores por serviços prestados a campanhas eleitorais. Segundo divulgado pela imprensa, uma de suas proprietárias, Danielle Fonteles, estaria formalizando espécie de colaboração premiada com o Ministério Público Federal.

138. Conforme já adiantado acima, e consoante expressamente reconhecido na ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000, ambas, a LSI e a Limiar, eram empresas inexistentes de fato, razão pela qual recai sobre a integralidade dos valores que transitaram em suas contas a suspeita de origem ilícita.

139. Destaco o seguinte trecho da sentença proferida na ação penal supramencionada em que foram analisados os elementos probatórios que permitiram concluir que as empresas LSI e Limiar eram meramente de fachada (evento 149):

200. A LSI Soluções em Serviços Empresariais, CNPJ 14.262.618/00021-34, iniciou as suas atividades em 19/08/2011 e está situada na Rua Afonso Celso, 1221, sala 136, Vila Mariana, São Paulo/SP.
201. O seu quadro societário é composto por Leon Denis Vargas Ilário, com 99,00 de participação desde 19/08/2011 e Milton Vargas Ilário, com participação de 1,00 desde 18/09/2013. No período compreendido entre 19/08/11 a 18/09/13, Simone Imamura, então esposa de Leon Vargas participou da sociedade com 15,00 (inf68, evento 1).
202. A Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda, CNPJ 10.874.328/0001-90, iniciou as suas atividades em 26/05/2009 e foi baixada em 19/04/2012. A sua sede era localizada na Avenida Santos Dumont, 500, sala 204, Boa Vista, Londrina/PR. Entre os anos de 2009 e 2010 ficou localizada na Rua Nicolau Maeder, 10, Alto da Glória, Curitiba/PR.
203. O quadro societário era composto por Leon Denis Vargas Ilário, com 10,00 de participação, e André Luiz Vargas Ilário, com 90,00 de participação (inf7, evento 1).
204. Assim, evidente que nem a LSI nem a Limiar integraram o grupo econômico da Borghi Lowe.
205. Na realidade, ambas as empresas sequer tinham existência real.
206. O primeiro indicativo disso é o próprio fato acima comprovado de que elas não prestaram qualquer tipo de serviço às empresas produtoras de material de publicidade e ainda assim receberam deles valores bastante significativos.
207. André e Leon Vargas não tinham qualquer formação, habilitação técnica ou experiência para prestar serviços no ramo de publicidade.
208. Ambas as empresas tinham reduzido ou mesmo nulo número de funcionários no período em que desempenharam atividade.
209. Em consulta à base de dados da RAIS, foi possível identificar que a empresa Limar não teve funcionários nos anos de 2009 e 2010, e teve apenas um funcionário declarado nos anos de 2011 e 2012 (inf7, evento 1).
210. A LSI, por sua vez, conforme dados constantes da RAIS, não informou funcionário no ano de 2011, havendo informado apenas um funcionário em 2012 e dois funcionários nos anos de 2013 e 2014 (inf68, evento 1).
211. Os poucos funcionários que integravam o quadro das empresas foram ouvidos em Juízo e não souberam esclarecer a atividade delas ou ainda declararam ter desempenhado funções totalmente estranhas ao objeto social das empresas, a exemplo de cuidados com animais abandonados.
212. Alessandra Gonçalves Sasaki, ex-funcionária da empresa LSI, foi ouvida tanto na investigação fiscal promovida pela Receita Federal quanto perante este Juízo. Reconheceu haver trabalhado como auxiliar administrativo na LSI, contratada por Leon Vargas. Não soube precisar, entretanto, a função dele na empresa, nem o nome de seus principais clientes. Afirmou, ainda, que no período em que lá laborou não emitiu nenhuma nota em nome da empresa. Aparentemente, limitou-se a atender telefones e receber correspondência. Alegou, por fim, desconhecer a agência Borghi Lowe e Ricardo Hoffmann (evento 1, out23).

213. *Perante este Juízo, na qualidade de testemunha, confirmou, em linhas gerais, as informações prestadas à Receita Federal e afirmou que nunca um cliente foi na sede da empresa, durante os sete meses em que nela laborou. Transcrevo os principais trechos (evento 141, termo1):*

"Ministério Público Federal:- A senhora conheceu os clientes da LSI?

Alessandra:- Não.

Ministério Público Federal:- Era comum clientes irem ao escritório da LSI?

Alessandra:- Enquanto estive lá, nunca foi nenhum cliente.

Ministério Público Federal:- A senhora tem conhecimento que a LSI prestava serviços pra empresas de publicidade?

Alessandra:- Não.

Ministério Público Federal:- Quanto tempo a senhora ficou trabalhando na LSI?

Alessandra:- Sete meses.

Ministério Público Federal:- Existiam outros funcionários na sede da empresa?

Alessandra:- Desculpe, existiam...?

Ministério Público Federal:- Outros funcionários, a senhora tinha colegas de trabalho?

Alessandra:- Não, lá no escritório, eu trabalhava sozinha.

Ministério Público Federal:- Qual era a sua função lá?

Alessandra:- Auxiliar de escritório.

Ministério Público Federal:- Mas o que uma auxiliar de escritório da LSI fazia?

Alessandra:- Eu fazia pagamentos de contas. Que era aluguel, condomínio, luz, arquivo desses documentos. Era isso que eu fazia.

Ministério Público Federal:- Tinha um telefone lá?

Alessandra:- Tinha um telefone, sim. Era pela Vivo. Eu fazia o pagamento todo mês.

Ministério Público Federal:- Era comum os clientes ligarem à procura do serviço da LSI?

Alessandra:- Eu nunca atendi ninguém. Só atendia mesmo o contador que ligava. E serviços pra oferecer..., empresas que ofereciam serviços Vivo, Net, essas coisas.

Ministério Público Federal:- A senhora também conheceu o senhor Rodrigo Kazui Yoshitani?

Alessandra:- Sim.

Ministério Público Federal:- Ele trabalhava na LSI?

Alessandra:- Ele me passou o serviço. Passou-me o que eu tinha que fazer de pagamentos, e, logo após, parece que ele saiu.

Ministério Público Federal:- E a senhora Daniela Tavares da Silva Androtto?

Alessandra:- Eu não a conheço pessoalmente.

Ministério Público Federal:- A senhora efetuou algum pagamento a ela?

Alessandra:- Sim, ela estava na lista da folha de pagamento.

Ministério Público Federal:- Ela tinha alguma função na LSI?

Alessandra:- Então, ela não trabalhava no escritório, não a conheço assim. Nunca a vi no escritório.

Ministério Público Federal:- E a que título que eram feitos esses pagamentos à Daniela Tavares?

Alessandra:- Olha, o que o Leon me disse, é que ele a ajudava com resgate de animais de rua. E por conta disso, ele a contratou pra que tivessem sido feitos os pagamentos de salário, pra poder ajudar ela nesses resgates. Nesses processos de abandono. É isso que ele falou na época".

214. Daniela Tavares da Silva Androtto, outra funcionária da LSI, foi também ouvida perante a autoridade fiscal e posteriormente perante este Juízo (evento 1, out24 e evento 131, termo1). Alegou, em síntese, que embora registrada formalmente como funcionária da referida empresa, nunca esteve em seu endereço, não exercendo nenhuma função, e desconhecendo inclusive quantos funcionários ali existiam. Aparentemente, Daniela Androtto foi contratada por Leon Vargas para cuidar de animais abandonados, fato que foge completamente do objeto social da empresa LSI, descrita como uma empresa de consultoria. Transcrevo, por oportuno, trecho pertinente de seu depoimento judicial (evento 131, termo 1):

"Daniela:- A gente sempre cuidou de animais de rua e foi por volta de agosto de 2012, que eu fui olhar o histórico, a gente descobriu um caso bem grande com vários animais que precisavam de ajuda e a gente publicou na internet pedindo ajuda pra quem pudesse ajudar com ração e outras coisas, e o Leon até então, sei lá, ficou sensibilizado, não sei, ele procurou a gente pra estar ajudando, foi aí que a gente se conheceu.

Ministério Público Federal:- A senhora foi contratada pela empresa LSI?

Daniela:- Isso. Foi, ele me contratou.

Ministério Público Federal:- A senhora exercia ativamente funções na empresa LSI?

Daniela:- Não, na época, pelo que eu tinha entendido, foi uma forma de ajudar, na minha visão ele era empresário, tinha uma empresa, no decorrer desses anos até ele fazer o registro ele sempre ajudava, sempre mesmo, com castrações, ração e tudo que a gente precisava para os cachorros, e ele falou pra mim que ia me registrar para estar mesmo ajudando apenas.

Ministério Público Federal:- A senhora residia em Londrina?

Daniela:- Isso.

Ministério Público Federal:- A senhora não conhece a sede da LSI?

Daniela:- Não.

Ministério Público Federal:- Sabe alguma coisa sobre essa empresa?

Daniela:- Não, nunca estive e nem sei o endereço, nada além do que deve estar na carteira, não sei.

Ministério Público Federal:- Qual era a atividade de Leon Vargas no âmbito do seu conhecimento?

Daniela:- Ele era acho que o dono, não sei".

215. Rodrigo Kazuo Yoshitani, ouvido perante este Juízo, afirmou que trabalhou na LSI no ano de 2012, permanecendo lá por um ano, e que cuidava da parte administrativa. Afirmou que nenhum cliente frequentou o escritório da LSI nesse período e que não era comum ligações de clientes. Sequer soube precisar em que consistiam os serviços prestados pela LSI (evento 141).

216. Reforça, ainda, a tese de que a LSI seria uma empresa de fachada o fato de a Receita Federal ter encontrado a empresa fechada nas três diligências que efetuou na sede da empresa localizada (cf. depoimento da Auditora Fiscal Claudia Guzzi Zuan Esteves, cuja transcrição foi acostada no evento 131).

217. Assim, sob qualquer ângulo, resta devidamente comprovado que as empresas LSI e Limiar tinham existência meramente formal.

218. Não prestaram qualquer espécie de serviço que pudesse legitimar os altos valores por elas recebidos das produtoras de mídia.

219. Não houve, assim, causa lícita apta a justificar os pagamentos realizados.

220. Muito pelo contrário.

221. Ambas as empresas foram estruturadas por André Vargas, com o auxílio de seus irmãos, Leon e Milton Vargas, com a finalidade exclusiva de receber valores de origem ilícita.

222. Foram elas utilizadas para viabilizar o recebimento dissimulado da vantagem indevida decorrente dos atos de corrupção praticados por André Vargas".

140. Assim, há indícios de que a integralidade dos valores que transitaram nas contas da LSI e da Limiar entre os anos de 2009 a 2015, R\$ 7.423.658,17, conforme a Informação 113/2015, eram desprovidos de causa lícita. Desse montante, há prova em cognição exauriente da origem ilícita de R\$ 1.103.950,12, proveniente dos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro que foram objeto específico da ação penal 5023121-47.2015.404.7000.

141. Importante observar, desde logo, que o intervalo de recebimento dos valores pela LSI e Limiar, 2009 a 2015, abrange o período de aquisição do imóvel objeto desta ação penal, entre maio a novembro de 2011.

142. Além da utilização das empresas LSI e Limiar para o recebimento de valores, indiciariamente ou comprovadamente, de origem ilícita, existem indícios, ainda, de que André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas

Ilário teriam praticado, em cognição sumária, outros crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e advocacia administrativa e que estão sendo investigados em inquéritos policiais que tramitam sob o acompanhamento deste Juízo.

143. No inquérito nº 5008033-66.2015.404.7000 apurou-se inicialmente a entrega de R\$ 2.399.511,60 em espécie de Alberto Youssef para André Vargas.

144. Com o aprofundamento da investigação, a tese apresentada pela autoridade policial é a de que André Luiz Vargas Ilário, à época Deputado Federal, teria utilizado a sua influência política junto a funcionários da Caixa Econômica Federal para que a empresa IT7 Sistemas Ltda, pertencente a Marcelo Simões, fosse contratada irregularmente para fornecimento de software e prestação de serviços de informática à referida empresa pública, na data de 19/12/2013, pelo valor de R\$ 71.300.000,00. Tal fato supostamente teria gerado o pagamento de vantagem indevida no valor de R\$ 2.399.850,00 a André Vargas e a Leon Vargas, com a intermediação de Alberto Youssef, e que foi recebida de forma dissimulada por intermédio da emissão de notas fiscais fictícias pelas empresas Arbor Consultoria e Assessoria Contábil e AJJP Serviços Administrativos e Educacional Ltda, ambas vinculadas à Meire Poza.

145. Já no inquérito 5011936-46.2014.404.7000 apuram-se supostos crimes de corrupção e de advocacia administrativa envolvendo a aprovação pela empresa Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia, controlada por Leonardo Meirelles e Alberto Youssef, de uma Parceria para Desenvolvimento Produtivo - PDP junto ao Ministério da Saúde, após suposta intervenção do então Deputado Federal André Vargas.

146. O inquérito policial está relatado desde 10/05/2015, tendo havido o indiciamento de diversas pessoas, dentre as quais, André Luiz Vargas Ilário, sendo-lhe imputado os crimes de corrupção passiva, fraude a licitações e pertinência à organização criminosa (evento 58 do inquérito 5011936-46.2014.404.7000).

147. Os fatos apurados em ambos os inquéritos acima mencionados, 5008033-66.2015.404.7000 e 5011936-46.2014.404.7000, teriam acontecido a partir do ano de 2013, posteriores, portanto, ao crime de lavagem de dinheiro ora imputado aos acusados, que teria ocorrido em 2011.

148. Não obstante isso, são indicativos do fato de que André Luiz Vargas Ilário utilizava-se de seu cargo parlamentar e de sua influência para a prática de atividades ilícitas de forma ramificada e com duração temporalmente estendida.

149. Em síntese, há provas e igualmente indícios concretos dos crimes antecedentes.

150. Passa-se, assim, à análise das provas relativas ao crime de lavagem de dinheiro imputado aos acusados.

151. Nessa seara, tem-se que o objeto específico da presente ação penal consiste na aquisição, entre maio a novembro de 2011, de imóvel, especificamente uma casa, situada na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR, com ocultação e dissimulação do emprego de R\$ 480.000,00, mediante declaração a menor, nos documentos pertinentes, do valor real de aquisição.

152. Também teriam utilizados expedientes escusos para dificultar o rastreamento dos recursos utilizados na aquisição, como a realização de depósitos elevados em espécie, sem identificação do depositante, e mesmo a utilização de pessoa interposta.

153. Segundo consta dos documentos que instruíram a denúncia, André Luiz Vargas Ilário e Eidilaira Soares Gomes dirigiram-se, em abril de 2011, à imobiliária Raul Fulgêncio Negócios Imobiliários, na cidade de Londrina, Paraná, onde entraram em contato com o corretor de imóveis Francisco Paludetto, alcunha "Tito", com o objetivo de adquirir um imóvel no referido município.

154. O corretor indicou então aos acusados um imóvel situado no condomínio Alphaville, contatando o proprietário, Eduardo Fernando Appio, que encaminhou proposta para compra do imóvel no valor de R\$ 980.000,00.

155. Cópia da "Proposta para compra de imóvel" foi anexada junto com a denúncia no evento 1, anexo 2, fl. 32.

156. Nela, consta como valor total do imóvel, R\$ 980.000,00, sendo as seguintes as condições de aquisição: pagamento de R\$ 500.000,00 no ato da compra, de R\$ 300.000,00 até novembro de 2011, e R\$ 180.000,00 de financiamento junto à construtora.

157. Na sequência, restou formalizado documento intitulado "Recibo de sinal e princípio de pagamento", datado de 05 de maio de 2011, e assinado por Eidilaira Soares Gomes, no qual constam preços mais precisos do que na proposta de compra relativamente ao pagamento dos R\$ 980.000,00, sendo: R\$ 500.000,00 a serem pagos até 12/05/11; R\$ 303.543,85, a serem pagos até 30/11/11, e R\$ 176.456,15, a serem pagos até 10/07/16, diretamente à J.A. Baggio Construtora.

158. Previsto, ainda, no documento, comissão no valor de R\$ 58.800,00, correspondente a 6% do valor do bem, devido a Leandro Fulgêncio Negócios Imobiliários, e sinal do negócio, no valor de R\$ 98.000,00, garantido por meio do cheque AA-000250, agência 4019, conta corrente 11353-1, emitido por Eidilaira Soares Gomes (fls. 51/52, anexo2, evento 1).

159. As tratativas evoluíram, conforme se extrai das provas constantes dos autos, e culminaram com a aquisição do imóvel.

160. Não obstante a proposta de compra e o recibo de sinal de negócio indicarem o preço do bem como sendo R\$ 980.000,00, nas documentações posteriores relativas à aquisição do imóvel o preço estranhamente passou a constar como sendo R\$ 500.000,00.

161. No compromisso particular de compra e venda do imóvel, datado de 13 de maio de 2011, em que Eduardo Fernando Appio figura como promitente comprador, ao lado de sua esposa, e Eidilaira Soares Gomes como compromissária compradora, foi declarado o preço do imóvel como sendo R\$ 500.000,00. A forma de pagamento, por sua vez, compreendia a disponibilização de R\$ 20.000,00 no ato, R\$ 303.543,85 que deveriam ser pagos até 30/11/2011, e R\$ 176.456,15 a serem pagos até 10/07/2016 diretamente à J.A Baggio Construtora Ltda, corrigidos com juros de 0,6% ao mês (fls. 34/36, anexo2, evento 1).

162. Assinaram o documento Eduardo Fernando Appio e sua esposa, por ele representada no ato, como vendedores, e Eidilaira Soares Gomes como a compradora.

163. Da mesma forma, na escritura pública de venda e compra, datada de 25 de novembro de 2011, e formalizada entre as idênticas pessoas acima referidas, constando ainda como interveniente a empresa LND Construções Civis Ltda, o preço do imóvel figurou como sendo de R\$ 500.000,00, dos quais R\$ 329.074,98 já teriam sido quitados, e o restante, R\$ 170.925,02 seriam pagos pela compradora junto à LND Construções Civis Ltda, por intermédio de 60 parcelas de R\$ 2.848,75 (sendo uma parcela de R\$ 2.848,77).

164. Referido montante, de R\$ 500.000,00, igualmente foi o constante da Declaração de Informações sobre Atividade Imobiliária (DIMOB) como base de cálculo utilizada pelas imobiliárias para o recebimento do valor da comissão (fls. 5/6, anexo2, evento 1).

165. Na declaração de imposto de renda em conjunto de André Luiz Vargas Ilário e Eidilaira Soares Gomes, ano-calendário 2011, exercício 2012, foi declarada a aquisição do imóvel igualmente pelo valor de R\$ 500.000,00, em 25/11/2011, sendo R\$ 329.925,02 com recursos próprios e R\$ 170.925,02 financiados (fl. 4, anexo2, evento 1).

166. Somente na declaração de imposto de renda apresentada por Eduardo Fernando Appio, o vendedor, é que foi consignado o valor inicialmente avençado, havendo ele declarado a alienação do imóvel, em 13/05/2011, pelo valor de R\$ 980.000,00, o qual teria sido integralmente quitado em 2011 (fl. 4, anexo2, evento 1).

167. Apesar das divergências de preço constantes dos diversos documentos acima mencionados, as provas relativas ao pagamento e igualmente a prova oral produzida no processo são categóricas no sentido de que o real valor pago pela aquisição do imóvel foi de R\$ 980.000,00.

168. Os próprios acusados, André Luiz Vargas e Eidilaira Soares Gomes (evento 157), e igualmente as testemunhas envolvidas na transação, Eduardo Fernando Appio e Francisco Paludetto (evento 84), confirmaram em depoimento prestado sob contraditório, perante este Juízo, de forma uníssona, que o valor integral da aquisição do imóvel foi de R\$ 980.000,00.

169. Divergiram, é certo, nas explicações e/ou nas imputações de responsabilidades pela declaração de compra e venda a menor, no valor de R\$ 500.000,00.

170. André Vargas Ilário afirmou que a aquisição foi declarada no valor a menor a pedido de Eduardo Appio, para atender a seu interesse, com a intermediação do corretor Francisco Paludetto. Esse, por sua vez, afirmou que a declaração do valor de R\$ 500.000,00 foi avençada entre o comprador, representado principalmente por Leon Vargas, e o vendedor, Eduardo Fernando Appio. Já Eduardo Appio declarou que concordou com o pedido formulado por Francisco Paludetto, representando interesse do comprador, de declarar o valor referente apenas ao bem de raiz, por haver reputado o procedimento legal e por ser benéfico à Eidilaira Gomes, sedizente doente. Eidilaira, por sua vez, asseverou que a negociação a respeito do valor a constar do compromisso de venda e compra e da escritura pública foi entabulada entre Eduardo Appio e o corretor Francisco Paludetto.

171. Em resumo, cada um imputou à parte adversa a responsabilidade pela declaração a menor do valor de aquisição do imóvel.

172. Necessário, pois, analisar as provas atinentes à origem e à natureza dos valores empregados na transação imobiliária, e igualmente as circunstâncias envolvidas no pagamento do preço do bem, para verificar se há prova indiciária da prática do crime de lavagem de dinheiro.

173. O fluxo dos pagamentos efetuados pelos compradores foi identificado pela Receita Federal a partir da quebra de sigilo autorizada nos autos de n.º 5010767-87.2015.404.7000, e consta de informação fiscal anexada junto com a peça acusatória (anexo2, evento 1).

174. Os extratos bancários apresentados pelo vendedor Eduardo Fernando Appio em sede do procedimento fiscal comprovam a realização dos seguintes depósitos pela parte compradora no mês de maio de 2011 (fl. 42, anexo2, evento 1), todos em sua conta corrente:

- R\$ 225.000,00, em dinheiro, na data de 13/05/2011;
- R\$ 43.200,00, em dinheiro, na data de 17/05/2011; e
- R\$ 193.000,00, em cheque, na data de R\$ 19/05/2011.

175. Somando-se os valores, chega-se a um total de R\$ 461.200,00 depositados em favor de Eduardo Appio pela parte compradora no mês de maio de 2011.

176. Acresce-se a esse montante o valor de R\$ 38.800,00, referente à primeira parcela da comissão devida à Imobiliária Raul Fulgêncio, de um total de R\$ 58.800,00 (6% do valor total do negócio, conforme fl. 51, anexo2, evento 1), conforme previsto no recibo de sinal do negócio e mediante a comprovação de que foram pagos R\$ 20.000,00 no mês de novembro de 2011 (fl. 8, anexo2, evento 1).

177. Assim, entre pagamento do preço e da comissão, foi despendido um total de R\$ 500.000,00 no mês de maio de 2011 pela parte compradora a título de aquisição do imóvel, o que converge com o plano de pagamento previsto na proposta de compra e no recibo de sinal de negócio, que atestaram o valor total como sendo R\$ 980.000,00.

178. Os valores depositados em dinheiro, no valor de R\$ 225.000,00, em 13/05/2011, e R\$ 43.200,00, em 17/05/2011, não tiveram a sua origem determinada.

179. Não obstante, os acusados André Vargas e Eidilaira Soares confirmaram o pagamento, em seu interrogatório, o que foi igualmente ratificado por Eduardo Appio (eventos 84 e 157).

180. De pronto chama a atenção a realização de depósitos em espécie, em 13 e 17 de maio de 2011, nos vultosos valores de R\$ 225.000,00 e R\$ 43.200,00, respectivamente, sem qualquer identificação de quem seria o responsável pela sua efetivação.

181. Embora a realização de transações vultosas em espécie não seja em si ilícita, trata-se de mecanismo usualmente utilizado para se evitar o rastreamento financeiro dos valores.

182. Agregue-se a esse fato a ausência de discriminação dos responsáveis pelos depósitos.

183. Trata-se, pois, de importantes indicativos da origem ilícita do dinheiro.

184. Fosse a origem lícita, não haveria motivos para se proceder dessa forma, sujeitando o portador do dinheiro a riscos desnecessários inerentes a transações que envolvem movimentação de dinheiro em espécie.

185. Já o depósito de R\$ 193.000,00 teria sido efetuado a partir de um cheque descontado da conta bancária da acusada Eidilaira Soares Gomes, e segundo consta da informação fiscal elaborada pelo MPF com base nos dados fiscais obtidos mediante autorização judicial (anexo3, evento 1), e de declaração prestada por Orando Momesso (anexo8, evento 1), a fonte dos recursos parece ter sido parcela final de R\$ 170.000,00 creditada na conta de Eidilaira Soares Gomes, no dia 25 de março de 2011, referente à venda do Sítio Três Irmãos de propriedade de Eidilaira para Orandi Momesso.

186. Posteriormente, no mês de novembro de 2011, e conforme avençado na proposta de compra, foram efetuados os seguintes depósitos em favor da parte compradora (fls. 46/49, anexo2, evento 1):

- R\$ 95.000,00, em dinheiro, na data de 24/11/2011;
- R\$ 93.550,00, em dinheiro, na data de 24/11/2011; e
- R\$ 95.000,00, em dinheiro, na data de 25/11/2011.

187. Somando-se os valores, chega-se a um total de R\$ 283.550,00, os quais, acrescidos da segunda parcela devida a título de comissão imobiliária, R\$ 20.000,00 (item 161), totalizaram R\$ 303.550,00, compatível com os termos da proposta originária.

188. A vinculação dos depósitos com o pagamento do preço do imóvel de Londrina/PR foi admitida pelas partes envolvidas e corresponde ao valor constante de cheque-caução emitido por Eidilaira Soares em favor de Eduardo Appio, na data de 01/06/2011 e pré-datado para 30/11/2011, no total de R\$ 303.543,85, cuja cópia foi acostada à fl. 43, anexo2, evento 1.

189. No verso do cheque, consta que o título de crédito era referente à "parcela citada na cláusula 2ª, item 'b', da compra e venda do imóvel Alphaville Jacarandá, quadra 11, lote 6", tendo sido entregue por André Vargas a Eduardo Appio, conforme admitido pelo próprio acusado em seu interrogatório (evento 157).

190. Novamente, as circunstâncias dos pagamentos foram heterodoxas.

191. Isso porque igualmente envolveram vultosas quantias em espécie, mecanismo desprovido de segurança e, portanto, não comumente utilizado em transações com causas lícitas.

192. Além disso, igualmente não foram identificados o(s) responsável(is) pelos depósitos havidos no dia 24 de novembro de 2011, o que só posteriormente acabou sendo desvelado, fato indicativo da tentativa de ocultação de sua identidade à época.

193. O beneficiário desses pagamentos, de R\$ 95.000,00 e R\$ 93.550,00, em 24/11/2016, por sua vez, foi identificado como sendo Ezio Casale.

194. Conforme documentos apresentados por Eduardo Appio em sede do procedimento fiscal e versão ali apresentada e corroborada perante este Juízo, ambos os depósitos ocorreram a seu comando, e compreendem pagamento parcial do preço devido por Eduardo Appio em virtude de imóvel adquirido de Ezio Casale em Curitiba/PR.

195. Cópia de recibo atestando o recebimento dos respectivos valores, em 24/11/2011, firmado por Ezio Casale e imputando o pagamento a Eduardo Appio, foi anexada à fl. 49, anexo2, evento 1.

196. Eduardo Appio, ao prestar depoimento perante este Juízo, confirmou a vinculação entre os depósitos efetuados em favor de Ezio Casale e o pagamento de parcela do preço por Eidilaira Soares Gomes, compradora do imóvel situado em Londrina/PR (evento 84):

"(...)

Juiz Federal:- Na composição desse negócio tem uma referência que há depósitos efetuados na conta de Ezio Casali.

Eduardo Fernando Appio:- O senhor Ésio foi a pessoa que me vendeu o imóvel, então ficou combinado que ele me daria as chaves do imóvel somente quando eu pagasse a totalidade do valor do negócio, isso em 24/11/2011, então o que eu fiz foi ir a Londrina de avião para receber o valor remanescente, os R\$ 303.000,00 correspondentes à venda da casa, ao valor final da casa, eu assinaria a escritura na presença lá do corretor, da senhora Eidilaira e do senhor Leon, em cartório, eles comprovariam o pagamento da parte final e até então o que se tinha era um cheque de garantia emitido pela senhora Eidilaira no valor de R\$ 303.000,00, então esse cheque, quando me foram apresentados os recibos de pagamento em minha conta e conta do senhor Ésio dos valores finais dos R\$303.000,00 mil reais, o cheque eu devolvi diretamente em mãos do corretor Tito.

Juiz Federal:- Então o comprador do seu imóvel fez depósitos na conta do senhor Ésio Casali a título do preço?

Eduardo Fernando Appio:- Foram feitos 2 depósitos na conta do senhor Ésio Casali, R\$ 95.000,00 cada um salvo engano, e um terceiro depósito também nesse mesmo valor na minha conta pessoal, não foram recebidos valores em espécie, a única pessoa que recebeu valores em espécie nessa ocasião foi o corretor de imóveis que recebeu um envelope de papel pardo contendo R\$ 20.000,00 em espécie do senhor Leon.

Juiz Federal:- Então, objetivamente, aqui, o senhor devia dinheiro para o senhor Ésio e eles pagaram parte da sua dívida como preço do imóvel?

Eduardo Fernando Appio:- Isso. Era uma sexta-feira à tarde, o senhor Ésio só liberaria a chave do imóvel, eu já estava com a minha mudança empacotada para fazer a mudança no sábado pela manhã, caso ele recebesse integralmente os valores em conta bancária, como foram só 2 depósitos na conta do senhor Ésio e um terceiro depósito em minha conta, eu tive que ainda voltar a Curitiba, chegar de noite na casa do senhor Ésio e convencê-lo a me liberar as chaves do imóvel dele que eu faria o depósito para o senhor Ésio na segunda-feira.

Juiz Federal:- São dois depósitos de cerca de R\$ 90.000,00, é isso? Eram essas as questões...

Eduardo Fernando Appio:- Isso, exatamente. Então ele só me liberaria as chaves do imóvel que eu comprei, depois de 6 meses aguardando, se estivesse comprovado o depósito em conta dele. O senhor Ésio era uma pessoa que trabalhava na empresa aqui que voltou para Itália depois do negócio, ele é italiano, enfim, não mora aqui".

197. No depósito realizado na data de 25 de novembro de 2011, direto na conta de Eduardo Appio, no valor de R\$ 95.000,00, foi possível identificar o responsável pelo ato como sendo Dimas de Oliveira Maia, conforme comprovante apresentado pelo próprio Eduardo Appio (fl. 46, anexo2, evento 1).

198. Dimas de Oliveira Maia foi ouvido perante este Juízo, sob contraditório, na qualidade de testemunha. Declarou, na ocasião, haver efetuado o depósito a pedido de Leon Denis Vargas, que atuava como espécie de emissário dos interesses de André Vargas. Segundo a testemunha, Leon Vargas, portando uma mochila repleta de dinheiro em espécie, encontrou-se com Dimas em uma agência do Banco HSBC em Londrina/PR. Em seguida, a testemunha teria efetuado o depósito e entregue o comprovante a Leon Vargas. Declarou que não agia assim usualmente, mas que procedeu dessa forma pela perspectiva de angariar André Vargas, então Deputado Federal e pessoa influente, como seu cliente.

199. Transcrevo de seu depoimento o seguinte trecho pertinente (evento 84):

"(...)

Ministério Público Federal:- Entendi. Também nesse mesmo depoimento o senhor narra uma ocasião em que o senhor foi procurado pelo senhor Leon Vargas para fazer um depósito de uma bolsa de dinheiro na boca do caixa, o senhor poderia narrar para gente, contar como aconteceu, o que era?

Dimas de Oliveira Maia:- Bom, o Leon, certo dia me ligou e perguntou se eu tinha conta no HSBC, eu falei que tinha, se conhecia o gerente, eu falei que conhecia também e perguntou se poderia fazer um depósito para ele, eu "sem problema". Então, no dia do depósito, ele me ligou, achei que eu fosse pegar o dinheiro, o cheque, no escritório dele e levar para o banco, mas a gente se encontrou no banco, nos encontramos no banco e ele pediu para eu fazer um depósito, estava todo em espécie numa bolsa mochila, eu peguei o depósito, estava com o número da conta da pessoa, levei para o caixa, o caixa conferiu, deu o valor, pegou a conta, depositou e eu entreguei o comprovante a ele.

Ministério Público Federal:- O senhor se recorda na conta de quem o senhor depositou esse valor?

Dimas de Oliveira Maia:- Não, lógico, na hora eu vi, vi o nome, vi o valor, mas realmente eu não me recordo nem o nome, nem o valor, mas eu sei, soube posteriormente, que foi para pagamento da casa que o André havia comprado no Alphaville, mas soube também posteriormente pela imprensa, nem pelo André.

Ministério Público Federal:- O senhor já havia feito esse tipo de favor antes para o senhor Leon?

Dimas de Oliveira Maia:- Não, nunca fiz nem para o Leon nem para outra pessoa, foi uma situação realmente inusitada mesmo.

Ministério Público Federal:- Entendi. O senhor achou normal ter uma pessoa que peça para o senhor depositar uma mala de dinheiro, é corriqueiro isso na atividade do senhor, o senhor já viu, como é que é?

Dimas de Oliveira Maia:- Não, não tem isso na minha atividade, não é normal também, mas foi uma circunstância que na realidade eu entendi como favor, era um cliente que eu queria ter na minha carteira, também na realidade eu não enxerguei a gravidade do que eu estava fazendo até acontecer isso aí, esses relatos aí, e no banco eu fiquei surpreso também porque eu achei que fosse um favor assim "Não, você vai depositar", ia lá, levava ao banco, não sabia que ele ia me encontrar no banco e me dar em dinheiro esse valor, então realmente ali eu fiquei incomodado, nesse momento, lá no banco, mas já estava ali, também fiquei inibido de falar não.

Ministério Público Federal:- Entendi. O senhor mencionou também que o senhor teria feito esse favor, porque era um cliente que o senhor queria ter na sua carteira, o senhor Leon Vargas e o senhor André Vargas tinham, demonstravam esse grande poder econômico, como é que era, eles eram de Londrina, como que, para o senhor ficar tão (...)?

Dimas de Oliveira Maia:- Na época, isso foi em 2011, a minha imobiliária tinha 1 ano, lógico, um deputado federal, a gente entende que é uma pessoa que tem posse, que tem capacidade de negócios, é mais nesse sentido, agora essa é uma

avaliação minha de que é um cliente em potencial, mas ele nunca disse para mim o que tinha ou o que não tinha, além dessa casa no Jardim Santa Mônica que ele pôs à venda comigo.

Ministério Público Federal:- Entendi. Então, tá certo, obrigada, sem mais perguntas.

200. Assim, retomando o que já foi afirmado acima (itens 190-199), as circunstâncias dos pagamentos havidos em novembro de 2011 igualmente se revestem de características não usuais.

201. Conquanto vultosos, foram eles realizados em espécie e, no caso dos dois depósitos efetuados em 24 de novembro, sem a identificação do(s) responsável(is).

202. Além disso, a parcela de R\$ 95.000,00, depositada em 25/11/2011, foi feita com a interposição de um terceiro, Dimas de Oliveira Maia, a pedido dos compradores do imóvel, reforçando a tentativa de ocultar o verdadeiro responsável pela sua realização.

203. Não fosse isso suficiente, nesse caso ainda é nítida a realização dos depósitos de forma estruturada, de forma a dificultar a sua identificação pela instituição financeira e a comunicação, como operação suspeita, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

204. Fato notório, a Lei nº 9.613/1998 e a Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central estabelecem parâmetros de prevenção à utilização de instituições financeiras para lavagem de dinheiro e critérios de controle. A circular estabelece, por exemplo, que operações em espécie de depósito, saque e provisão de saque de valores iguais ou superiores a cem mil reais devem ser comunicadas pelas instituições financeiras ao COAF (via Bacen). Também estabelece obrigações de comunicação de operações bancárias suspeitas de lavagem de dinheiro de valor igual ou superior a dez mil reais (art. 13, I).

205. Com a adoção desses parâmetros de prevenção e controle, não é incomum que criminosos, buscando ocultar transações com dinheiro de origem e natureza ilícita, utilizem expedientes para estruturar suas operações em valores fracionados para que fiquem abaixo dos parâmetros, como ocorreu no presente caso, com três depósitos em valores um pouco abaixo de cem mil reais em apenas dois dias.

206. Assim, o fato é que os depósitos foram efetuados em espécie e de forma estruturada.

207. André Vargas, em seu depoimento judicial, tentou justificar especificamente o porquê de o depósito de R\$ 95.000,00, na data de 25/11/11, ter sido efetuado por Dimas de Oliveira Maia, alegando que ele possuía relacionamento comercial com a instituição financeira, sendo provavelmente dela cliente preferencial, e que o objetivo era "evitar fila".

208. A inconsistência e a fragilidade do álibi são perceptíveis pela própria descrição dos acontecimentos por André Vargas. Transcrevo (evento 157):

Juiz Federal:- E o senhor usou o seu irmão pra fazer esses depósitos aqui, pra levar esse dinheiro?

André Luiz Vargas Ilário:- Num caso sim, na entrega para o Dimas, porque, pra que não tivesse a fila, tinha uma fila muito grande, mas num dos casos eu tenho certeza que sim, noutros eu não tenho certeza se não foi o próprio, o próprio juiz que depositou ou o corretor.

Juiz Federal:- E por que foi utilizado esse Dimas, o senhor pode esclarecer?

André Luiz Vargas Ilário:- Não, não teve nenhum tipo de, nós não temos nenhum tipo de relacionamento comercial, ele apenas, porque ele era, era correntista daquele banco, para onde ia, onde ia ser feito o depósito, e... mas ele não tem nenhum, a origem, ele não deu origem a esse dinheiro não.

Juiz Federal:- Ele declarou aqui que seu irmão combinou de encontrar com ele na porta do banco e entregou uma sacola de dinheiro pra ele fazer o depósito.

André Luiz Vargas Ilário:- É possível que tenha sido assim, se ele declarou... eu não tava lá.

Juiz Federal:- E por que que o seu irmão não depositou diretamente?

André Luiz Vargas Ilário:- A fila, a informação que eu obtive é porque tinha uma fila muito grande, estava no horário de fechamento do banco, ou já tinha fechado o banco me parece, e o Eduardo Ápio exigia que esse depósito fosse feito naquele dia.

Juiz Federal:- E a fila não tinha para o senhor Dimas daí?

André Luiz Vargas Ilário:- Ele provavelmente era um cliente preferencial, né.

Juiz Federal:- E seu irmão não podia entrar com ele pra fazer o depósito, tinha algum problema?

André Luiz Vargas Ilário:- Como saber, se eu estava em Brasília?"

209. Ora, não é crível que Dimas de Oliveira Maia tenha sido utilizado apenas pelo suposto tratamento preferencial a ser dispensado a ele, que sequer restou comprovado, ainda mais quando se tem presente que o pagamento das parcelas em novembro havia sido acertada meses antes, desde maio de 2011, tendo havido tempo mais do que suficiente para os compradores programarem o pagamento.

210. Novamente, nesse caso, o depósito de elevada quantia em espécie, com a intermediação de uma terceira pessoa, pelos riscos envolvidos e por não ser praxe, somente pode ser explicada pela finalidade de ocultação da origem do dinheiro, que se faz presumir, assim, ilícita.

211. As circunstâncias da realização dos depósitos, tanto em maio quanto em novembro de 2011, sendo a maioria em espécie, sem identificação do responsável, de forma estruturada e com a interposição de terceiro, revelam que a origem do numerário empregado não tinha origem lícita.

212. Caberia à Defesa, diante de tais fatos, e de forma relativamente simples, comprovar, documentalmente, a origem lícita do dinheiro utilizado para a aquisição do imóvel.

213. Não logrou êxito nesse desiderato.

214. Pelo contrário, os elementos probatórios a seguir analisados comprovam que André Vargas e Eidilaira Soares Gomes não tinham de fato renda lícita compatível com o valor de aquisição real do imóvel.

215. O procedimento administrativo-fiscal instaurado pela Receita Federal atestou a inexistência de lastro financeiro apto a justificar a aquisição do bem no valor efetivamente pago.

216. Segundo constou da IPEI nº PR2015006, "não se verifica mínima correspondência de valores a débito das contas do casal comprador André Vargas e cônjuge, que sejam compatíveis com o que teria recebido o vendedor do imóvel, exceção apenas possivelmente ao depósito em cheque de R\$ 193.000,00" (anexo2, evento 1). Ainda:

"Como já descrito no item precedente, verificou-se que os valores recebidos por Eduardo Appio (incluindo os créditos na conta de Ézio Casale), já atingiram R\$ 461.200,00 (em maio/2011) e R\$ 283.550,00 (em novembro/2011). Já observando dados constantes em DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira), referente aos mesmos meses, de contas informadas pelas instituições financeiras sob titularidade do casal comprador André Vargas e Eidilaira, tem-se um total de débitos de, apenas, R\$ 252.000,00 no mês de maio/2011 e R\$ 52.000,00 no mês de novembro/2011. Veja-se que a maior parte dos pagamentos foram em depósitos em espécie."

217. Assim, pela análise das autoridades fiscais a respeito da movimentação financeira de André Vargas e de Eidilaira Soares Gomes, os valores de R\$ 209.200,00, em maio, e de R\$ 231.550,00, em novembro, foram destinados, direta ou indiretamente ao vendedor, sem que tenham eles transitado regularmente nas contas do casal comprador.

218. Tal conclusão é consistente com o fato de que os depósitos efetivamente ocorreram, em sua maioria, por meio de dinheiro em espécie.

219. Concluíram ainda as autoridades fiscais pela existência de indícios de variação patrimonial a descoberto do contribuinte André Vargas na ordem de R\$ 138.000,00, no ano-calendário de 2011 (fl. 12, anexo2, evento 1), fato que corrobora o dispêndio de patrimônio não contabilizado na aquisição do bem.

220. André Vargas e Eidilaira Soares Gomes afirmaram que a origem do numerário era lícita e decorrente de economias do casal disponíveis em espécie e igualmente da venda de um sítio de propriedade de Eidilaira, no ano de 2010, pelo valor de R\$ 480.000,00 (evento 157).

221. Ouvido perante este Juízo, André Vargas, entretanto, não soube esclarecer de forma precisa a origem do dinheiro, fazendo uso de respostas evasivas e alegando basicamente que o numerário era oriundo de economias dele e de Eidilaira Soares guardadas ao longo dos anos, em espécie, no seu escritório:

Juiz Federal:- O senhor não sabe me dizer a origem específica desses valores aqui?

André Vargas:- Já falei para o senhor, ao longo dos anos eu fui guardando dinheiro, ela guardava dinheiro, teve a movimentação detectada pelo Ministério Público Federal, acredito que antes, que agora nós estamos na fase final, vai ter as alegações finais, o Ministério Público vai ter oportunidade, mas o próprio documento do Ministério Público Federal deixa claro da minha movimentação bancária, dos meus salários, ao longo desse ano.

Juiz Federal:- Tem três depósitos aqui em 24/11, dois depósitos em 24/11, um de 95 mil, um outro de 93.550, e outro depósito de 95 mil em 25/11. Dois no Ezio Casalli e um no Eduardo Ápio, esse dinheiro veio da onde?

André Vargas:- Das nossas economias.

Juiz Federal:- E esse dinheiro estava guardado aonde?

André Vargas:- No meu escritório.

Juiz Federal:- Em dinheiro?

André Vargas:- Em dinheiro. Parte vinha do sítio, parte dos nossos saques; a própria análise do Ministério Público Federal, quando você soma exatamente a diferença que eu, que eu já declarei na Receita Federal, que o sítio não foi por 310, mas por 480, não fecha totalmente, mas aproximadamente, nós não teríamos dificuldade nenhuma de ter feito a escritura por 980 mil e não precisaríamos estar passando por isso.

(...)

Juiz Federal:- O senhor não sabe me dizer a origem específica desses valores aqui?

André Vargas:- Já falei para o senhor, ao longo dos anos eu fui guardando dinheiro, ela guardava dinheiro, teve a movimentação detectada pelo Ministério Público Federal, acredito que antes, que agora nós estamos na fase final, vai ter as alegações finais, o Ministério Público vai ter oportunidade, mas o próprio documento do Ministério Público Federal deixa claro da minha movimentação bancária, dos meus salários, ao longo desse ano.

Juiz Federal:- Por exemplo, aqui, 24/11 e 25/11, são 95 mil, depois mais 95 mil, mais 93, são...

André Vargas:- Eram saques que eu fui fazendo ao longo do ano e minha esposa também trabalhava e me entregava recursos e eu guardava.

Juiz Federal:- O senhor sacava, deixava o dinheiro em casa...

André Vargas:- Deixava dinheiro no meu escritório.

Juiz Federal:- Ai pagou de uma vez lá os 289?

André Vargas:- Eu preferia ter vendido o meu imóvel, que era a minha casa, eu preferia ter vendido o meu imóvel.

Juiz Federal:- O senhor não tem nenhuma conta que o senhor fez um saque correspondente a esses três pagamentos de 90 e tantos mil...

André Vargas:- Não, não tenho, de saque direto não, mas tem a evolução dos saques ao longo do ano da minha conta e na conta da minha esposa.

Juiz Federal:- Todos os saques...

André Vargas:- E é preciso observar 2010 e 2011, porque quando o senhor olha pra 2011...

Juiz Federal:- Qual que é o valor do maior saque que o senhor fez em 2011 na sua conta?

André Vargas:- Não me lembro, não me lembro.

Juiz Federal:- O senhor não tem o dado aí?

André Vargas:- Não tem os extratos, aqui eu tenho a evolução patrimonial, não tenho os extratos.

Juiz Federal:- Algum deles chega perto de 90 mil?

André Vargas:- Provavelmente não, mas 20 mil, 15 mil reais... nós, nós imaginávamos que nós teríamos condições de vender o imóvel e quitar o cheque de 303 mil reais, que era mais ou menos, talvez um pouco menos, o que valeria o nosso imóvel, nós não conseguimos, o doutor Fernando Ápio não aceitou o imóvel como forma de pagamento, outros imóveis que nós temos, outros imóveis que nós olhamos e que nós avaliamos como positivos, porque a decisão de comprar esse imóvel, ela se deu depois de dois assaltos que a minha mulher sofreu na rua, ela ia pagar as contas e ela sofreu, num desses ela estava com o meu filho, então nós decidimos mudar para um condomínio. O condomínio onde nós moramos, doutor, ao contrário do que é anunciado pela imprensa, porque infelizmente nós que temos a vida pública temos a vida devassada também pela imprensa, como deve acontecer também com o senhor, quando se fala no Alphaville, o senhor já deve ter visitado algum amigo seu no Alphaville de Curitiba, não é o mesmo Alphaville de São Paulo, a mesma, nem valorização dos imóveis, eu moro no mesmo imóvel que mora o Cláudio Esteves, que moram vários gerentes da Caixa Econômica Federal, é um bairro bom, mas de classe média baixa, portanto não há nenhum exagero..."

222. O alibi não se sustenta quando confrontado com as provas dos autos.

223. Na declaração de imposto de renda de André Vargas, ano-calendário 2011, exercício 2012, o contribuinte declarou a disponibilidade tão-somente de R\$ 40.000,00 em espécie, em 31/12/2011, e de R\$ 35.000,00, em 31/12/2010 (anexo8, evento 19 dos autos 5010767-87.2015.404.7000), valores muito abaixo dos R\$ 268.200,00 depositados, em espécie, em maio de 2011, e de R\$ 283.550,00, depositados, em espécie, no mês de novembro de 2011, em favor de Eduardo Appio.

224. Bem inferiores, ainda, aos valores que comprovadamente não transitaram nas contas do casal comprador, nos meses de maio e novembro de 2011, respectivamente, R\$ 209.200,00 e R\$ 231.550,00 (item 217).

225. Quanto à alienação do sítio de propriedade de Eidilaira, cumpre esclarecer que inicialmente o valor da venda foi declarado como sendo de R\$ 310.000,00, tanto na escritura pública, quanto na declaração de imposto de renda

2011/2012 apresentada por André Vargas, em que Eidilaira consta como dependente (anexo8, evento 19 dos autos 5010767-87.2015.404.7000).

226. Posteriormente, o valor de venda teria sido retificado para fazer constar o que, segundo André Vargas e Eidilaira Soares, seria o correto, R\$ 480.000,00.

227. Referido valor corresponde ao declarado extrajudicialmente pelo comprador do sítio, Orandi Momesso, e ao conteúdo do contrato de compromisso de compra e venda do bem por ele apresentado ao MPF, no qual consta como valor de alienação do bem R\$ 480.000,00 (anexo8, evento 1).

228. Previsto, no negócio jurídico, o pagamento de R\$ 160.000,00 no ato da assinatura, em 27 de agosto de 2010, de R\$ 150.000,00, no dia 30 de dezembro de 2010, e de R\$ 170.000,00, no dia 31 de março de 2011.

229. Embora o pagamento da última parcela, no valor de R\$ 170.000,00, aparente dar lastro à emissão do cheque no valor de R\$ 193.000,00, que foi depositado na conta de Eduardo Appio a partir da compensação de cheque emitido por Eidilaira Gomes, em maio de 2011, o fato é que não há prova segura de que o imóvel foi alienado por R\$ 480.000,00, considerando a retificação havida.

230. Ademais, ainda que parcela dos valores utilizados na aquisição do imóvel, no montante dos aludidos R\$ 170.000,00, tenha origem lícita, remanesce significativa diferença para o preço de R\$ 980.000,00 pago em sua maior parte por depósitos em espécie.

231. Por outro lado, no período da aquisição do bem restou comprovado o depósito de vultosos valores nas contas da LSI e da Limiar, ambas empresas de fachada e controladas por André Vargas e Leon Vargas, e igualmente no interregno restou comprovada a existência de diversos saques em espécie nas contas da empresa LSI, donde se extrai prova indiciária de que a aquisição do bem envolveu, pelo menos de forma parcial, numerário de origem ilícita.

232. Diante do quadro probatório, restou comprovado o pagamento de parcela do preço do imóvel por meio de depósitos em espécie, alguns de forma estruturada, outro por meio de interposta pessoa, e igualmente comprovada a origem ilícita do numerário empregado na aquisição do bem, forçoso reconhecer a caracterização do crime de lavagem de dinheiro pela aquisição do imóvel de matrícula 59.776, mediante declaração de preço menor do que o real na escritura pública de compra e venda e na declaração de rendimentos do comprador, o acusado André Luiz Vargas Ilário, bem como pelo pagamento mediante depósitos vultosos em espécie e estruturados para evitar a sua identificação e rastreamento da origem, além da utilização para um dos depósitos em espécie de pessoa interposta.

233. Todos esses elementos, falsidade na declaração do preço do imóvel, realização de depósitos vultosos em espécie, estruturação dos depósitos para evitar comunicação da operação e utilização de pessoa interposta, consistem em condutas de ocultação e dissimulação, tipificando o crime de lavagem de dinheiro.

234. O emprego desses elementos pelo vendedor do imóvel ainda permitem concluir que é falso o álibi de que a iniciativa em declarar o preço a menor teria partido do vendedor. Não era o vendedor a parte interessada em ocultar o preço real do negócio ou em esconder ou dificultar o rastreamento dos recursos utilizados na aquisição. Aliás, o vendedor declarou o preço da venda corretamente em seu imposto de renda e nada tem a ver com realização dos depósitos vultosos em espécie ou a utilização de pessoa interposta para a realização do depósito.

235. Questão que se coloca, e que inclusive foi aventada pela Defesa de André Vargas em sede de alegações finais, é a de que se a aquisição fraudulenta do imóvel foi mero desdobramento dos atos anteriores de lavagem, ou seja, se o imóvel foi adquirido com os recursos criminosos recebidos da corrupção e da lavagem de dinheiro que foram objeto da ação penal nº 5023121-47.2015.404.7000, configurando nova fase delitiva - integração - do ciclo de lavagem de dinheiro que fora objeto da referida ação penal. Nesse caso, segundo a Defesa, tratar-se-ia de pós-fato impunível, mero exaurimento das condutas anteriores de lavagem de dinheiro.

236. É usual no estudo da lavagem de dinheiro a referência às fases ou etapas do crime. A primeira, colocação ou "placement", consistiria na introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro, com vistas a dificultar a identificação da procedência desses valores. A segunda, dissimulação ou mascaramento ("layering"), compreenderia a realização de diversos negócios ou movimentações, a fim de impedir o rastreamento e encobrir a origem ilícita dos valores. E na terceira, integração ou "integration", os bens seriam formalmente incorporados ao sistema econômico, por exemplo, por meio da aquisição de bens em geral.

237. Na ação penal de nº 5023121-47.2015.404.7000, conforme já mencionado acima, André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário foram condenados por crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro consistentes no recebimento de vantagens indevidas de forma dissimulada nas contas das empresas de fachada LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda.

238. Com a prolação da sentença, os fatos foram comprovados acima de qualquer dúvida razoável, conquanto não tenha havido, ainda, o trânsito em julgado.

239. Restou comprovado, assim, o pagamento, por diversas empresas prestadoras de serviços e a mando da Borghi Lowe, de R\$ 700.800,68 à empresa LSI, entre 14/02/2011 e 02/04/2014, e de R\$ 403.149,44 à empresa Limiar, no período compreendido entre 23/06/2010 a 12/09/2011, totalizando, assim, R\$ 1.103.950,12 a quantia que foi objeto de lavagem de dinheiro, no período de junho de 2010 a abril de 2014.

240. Observa-se, assim, que os referidos depósitos nas contas das empresas LSI e Limiar ocorreram em período de tempo precedente próximo, concomitante e consecutivo à aquisição do imóvel objeto deste processo.

241. Considerando-se somente os depósitos fraudulentos efetuados nas contas da empresa Limiar, tem-se a elevada quantia de R\$ 403.149,44, aportada entre junho de 2010 a setembro de 2011, ao passo que os pagamentos pela aquisição do imóvel ocorreram entre maio a novembro de 2011.

242. Há provas, ainda, de que no período da aquisição do imóvel foram realizados diversos saques de dinheiro em espécie na conta da empresa Limiar Consultoria.

243. Conforme tabela anexada no evento 1, anexo12, entre 07 de janeiro de 2010 a 14 de novembro de 2011, foram efetuados cerca de noventa saques por pessoa não identificada que totalizaram o montante de R\$ 317.583,48.

244. Além disso, há prova de que a Limiar Consultoria foi a responsável pelo pagamento das custas, no valor de R\$ 2.017,80, em 30/11/11, ao cartório de registro de imóveis responsável pelo registro da escritura de compra e venda do imóvel (fl. 166 da alegações do evento 166).

245. Há prova, portanto, que o dinheiro ilícito obtido com os crimes objeto da ação penal nº 5023121-47.2015.404.7000 foi empregado, ao menos de forma parcial, na aquisição fraudulenta do imóvel objeto desta ação penal.

246. Entretanto, é inegável que o repasse dos valores das vantagens indevidas mediante condutas de ocultação e dissimulação às contas das empresas LSI e Limiar, o que foi objeto da ação penal nº 5023121-47.2015.404.7000, não se confunde a com utilização sucessiva desses mesmos valores, com novas condutas de ocultação e dissimulação, a escritura com preço falso, os depósitos em espécie, a utilização de pessoa interposta, para aquisição do imóvel de matrícula 59.776.

247. Não há, portanto, como reconhecer litispendência ou que as novas condutas de lavagem seriam alguma espécie de indiferente penal.

248. A realização de novos atos de lavagem de dinheiro pelos acusados, que não compreendem esfera de desdobramento lógico e natural dos crimes antecedentes, pode e deve ser apenada de forma independente, eis que implicam novo desvalor de conduta e de resultado, com nova lesão ao bem jurídico tutelado, a Administração da Justiça e a ordem econômico-financeira.

249. Não se trata, assim, de mero exaurimento do crime de lavagem de dinheiro anterior pelo qual já foram André Vargas e Leon Vargas condenados, nem tampouco, de pós-fato impunível, ao contrário do alegado pela Defesa.

250. Trata-se, na realidade, de novo crime de lavagem de dinheiro, eis que os acusados realizaram novo ato ilícito que implicou maior distanciamento dos valores de sua origem ilícita, ou seja, do crime antecedente, dificultando, assim, o seu rastreamento, e encobrando, ainda mais profundamente, a sua origem ilícita.

251. Observo, nesse contexto, que é plenamente possível a separação das três fases típicas da lavagem de dinheiro, colocação, dissimulação e integração, caracterizando, cada uma, crime diferente de lavagem de dinheiro, fato

que é comprovado, inclusive, por não ser necessária a ocorrência simultânea de todas elas para a consumação do delito.

252. Pode eventualmente ser reconhecida continuidade delitiva entre esses diversos atos de ocultação e dissimulação, o que caberá ao Juízo de Execução, mas não um crime único.

253. Responde pelo crime André Luiz Vargas Ilário, eis que detinha ele o domínio sobre a realização do fato típico, tendo sido o responsável pela negociação imobiliária e pelo pagamento do preço do imóvel, havendo Eidilaira Soares Gomes, na qualidade de sua cônjuge, figurado de forma dissimulada como a única responsável pela aquisição do imóvel nos documentos relativos à compra e venda do bem.

254. O próprio acusado reconheceu tal fato em seu interrogatório, admitindo que cuidou "integralmente da aquisição" do bem (evento 157).

255. André Vargas, conjuntamente a seu irmão Leon Vargas, era o responsável pela administração das empresas de fachada LSI e Limiar, que foram utilizadas por ambos para o recebimento de recursos criminosos, conforme comprovado na ação penal n.º 5023121-47.2015.404.7000.

256. Igualmente responde pelo crime de lavagem de dinheiro o acusado Leon Denis Vargas Ilário.

257. A participação de Leon Denis Vargas Ilário nos fatos foi reconhecida em juízo pelas testemunhas Eduardo Fernando Appio, Dimas Oliveira Maia e Francisco Paludetto.

258. Eduardo Fernando Appio declarou em seu depoimento judicial que as negociações com Eidilaira Soares Gomes foram intermediadas pelo corretor de imóveis Francisco Paludetto. E que no dia do recebimento dos valores, em 14/05/2011, conheceu Leon Vargas, sedizente "faz tudo" de Eidilaira Soares Gomes (evento 84):

"Eduardo Fernando Appio:- O senhor Leon não estava junto, não, o senhor Leon não estava junto. O senhor Leon chegou cerca de meia hora depois lá na empresa de imóveis, isso no horário de intervalo do almoço, o senhor Leon me foi apresentado "Esse é faz tudo", enfim, entendi que era irmão da senhora Eidilaira, ele veio trazer os comprovantes de depósitos bancários em minha conta correspondentes à primeira parcela do pagamento da casa, então ele entregou isso. A comissão de imóveis para o corretor de imóveis não sei como é que o senhor Leon pagou, não foi na minha frente".

(...)

Juiz Federal:- O senhor Leon que lhe entregou os comprovantes de depósito?

Eduardo Fernando Appio:- Foi. Ele chegou na imobiliária, a imobiliária ficava no segundo andar do prédio da imobiliária, subiu, o corretor Tito me apresentou a ele, disse "Olha, esse aqui é o senhor Leon que representa lá a compradora" e ele entregou...

-(...)

Juiz Federal:- Então o comprador do seu imóvel fez depósitos na conta do senhor Ézio Casali a título do preço?

Eduardo Fernando Appio:- Foram feitos 2 depósitos na conta do senhor Ézio Casali, R\$ 95.000,00 cada um salvo engano, e um terceiro depósito também nesse mesmo valor na minha conta pessoal, não foram recebidos valores em espécie, a única pessoa que recebeu valores em espécie nessa ocasião foi o corretor de imóveis que recebeu um envelope de papel pardo contendo R\$ 20.000,00 em espécie do senhor Leon.

259. Dimas Oliveira Maia, por sua vez, declarou haver realizado o depósito de R\$ 95.000,00 na conta de Eduardo Appio, fato cumpridamente relatado nos itens 198-199 acima, por orientação de Leon Vargas (evento 84):

"Ministério Público Federal:- Entendi. Também nesse mesmo depoimento o senhor narra uma ocasião em que o senhor foi procurado pelo senhor Leon Vargas para fazer um depósito de uma bolsa de dinheiro na boca do caixa, o senhor poderia narrar para gente, contar como aconteceu, o que era?

Dimas Oliveira Maia:- Bom, o Leon, certo dia me ligou e perguntou se eu tinha conta no HSBC, eu falei que tinha, se conhecia o gerente, eu falei que conhecia também e perguntou se poderia fazer um depósito para ele, eu "sem problema". Então, no dia do depósito, ele me ligou, achei que eu fosse pegar o dinheiro, o cheque, no escritório dele e levar para o banco, mas a gente se encontrou no banco, nos encontramos no banco e ele pediu para eu fazer um depósito, estava todo em espécie numa bolsa mochila, eu peguei o depósito, estava com o número da conta da pessoa, levei para o caixa, o caixa conferiu, deu o valor, pegou a conta, depositou e eu entreguei o comprovante a ele.

(...)

Juiz Federal:- E qual foi a justificativa que o senhor Leon lhe passou para o senhor prestar esse favor para ele?

Dimas Oliveira Maia:- Então, como eu falei, eu entendi que eu ia fazer um favor, pegar no escritório dele, levar ao banco, eu entendi isso, só que quando ele falou "olha, eu encontro você no banco", aí uma situação, que eu já achei estranha, realmente, mas ele não justificou o porque estava pedindo, não entendi, ele ficou sentado, eu fui lá no caixa e fiz para ele, então eu entendi que era mais um favor, estava prestando uma gentileza, mas eu também tinha entendido, inicialmente, que eu ia pegar no escritório, ia até o banco para ele e fazia isso para ele.

Juiz Federal:- Mas ele não deu nenhuma justificativa, então, "Olha, deposita lá porque eu não posso depositar porque eu não passo em detector de metais" ou coisa parecida?

Dimas Oliveira Maia:- Não, não, não, não justificou, não entendi realmente, porque o Leon, até onde eu sei, não tem funcionário e tudo mais, eu entendi realmente que eu ia lá pegar no escritório dele fazer isso daí, é uma situação que ficou estranha nesse momento que ele falou "Olha, a gente se encontra no banco aqui do lado" e tal, não sei o que (...).

260. Relatou, ainda, que Leon Vargas procurou-o em outras ocasiões, sempre para tratar de negócios relativos a André Vargas, atuando como uma espécie de emissário dos interesses de seu irmão:

"Ministério Público Federal:- Certo, mas com relação especificamente à forma como o senhor Leon Vargas atuava, como o senhor disse, como emissário do senhor André Vargas, nessas ocasiões em que ele foi na sua empresa foi agindo em nome do senhor André Vargas, foi isso que o senhor quis dizer como emissário?"

Dimas Oliveira Maia:- Exato, ele nunca foi tratar de negócio dele, sempre foi negócio do irmão, com relação à casa de Santa Mônica, quando estava procurando imóvel comercial, quando estava procurando imóvel residencial também, ele sempre foi em nome do André Vargas".

261. Igualmente, o corretor responsável pela venda do bem, Francisco Paludetto, afirmou que tratava diretamente de questões relacionadas à negociação do imóvel com Leon Vargas, que agia sob orientação do irmão, já que André Vargas residia a maior parte do tempo em Brasília/DF:

"Ministério Público Federal:- O comprador, o senhor se recorda se a negociação foi feita diretamente pelo senhor André Vargas ou se foi feita pelo senhor Leon Vargas?"

Francisco Paludetto:- Quem dirigia mais a negociação era o irmão do André Vargas, que é o Leon Vargas.

Ministério Público Federal:- Certo.

Francisco Paludetto:- É porque o André nunca estava em Londrina, no caso, ele que dirigia mais a negociação. Depois de tudo pronto, tudo feito, eles resolveram entre eles passar dizendo que a casa em si, o vendedor, era R\$ 500.000,00 (quinhentos mil) e o mobiliário era R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil).

(...)

Defesa:- O senhor esteve com a senhora Eidilaira quantas vezes?

Francisco Paludetto:- Mais ou menos, eu estive com a dona Eidilaira junto com o André Vargas umas duas ou três, três ou quatro vezes, exatamente, o número exato eu não consigo me recordar, mas umas três, quatro vezes.

Defesa:- O senhor colheu diretamente a assinatura da proposta dela?

Francisco Paludetto:- Não, quem me trouxe a proposta dela foi o Leon, ele que tomava conta disso daí".

262. Além da prova testemunhal, impende destacar a prova documental carreada por Eduardo Appio, em sede do procedimento fiscal, consistente em mensagens eletrônicas trocadas entre ele e Leon Denis Vargas Ilário, nas datas de 18 e 23 de novembro de 2011, dias antes da formalização da escritura pública de venda e compra do bem, em 25 de novembro de 2011, nas quais Leon Vargas faz menção ao valor de quinhentos mil reais que deveria constar do documento a título de preço pago pelo bem, fato que comprova não só a participação do acusado nas tratativas negociais, como também a ciência de que o preço do imóvel seria declarado de forma subfaturada. Destaco o teor das duas mensagens eletrônicas (anexo2, evento 1):

"Eduardo, na escritura o valor total tem que ser 500mil..."

Se for colocar o saldo de R\$ 170.925,00

Aí o restante a pagar será 329.075,00 ?"

263. E ainda:

"Eduardo..

Estou te enviando o extrato de iptu...onde 2009 está aberto e 2011 tbm(estes é responsabilidade nossa)

O valor pra escritura é 500.000,00

Sendo um valor financiado com a Baggio

É isso mesmo?"

264. Os depoimentos judiciais das testemunhas e o teor das mensagens trocadas com o vendedor do imóvel contradizem a versão apresentada por André Vargas em seu interrogatório de que Leon Vargas teria sido mero responsável por coletar assinaturas em documentos e pelo pagamento de quantias em espécie relativas ao preço do imóvel.

265. Assim, há provas de que Leon Denis Vargas Ilário auxiliou André Vargas na aquisição do imóvel, negociando com a imobiliária, na figura do corretor Francisco Paludetto, e com o vendedor do bem, Eduardo Fernando Appio.

266. Responde, assim, pelo crime de lavagem de dinheiro, a título de participação.

267. Quanto à Eidilaira Soares Gomes, o Ministério Público Federal apontou a participação dela na realização de atos concretos em fatos documentalmente comprovados para requerer a sua condenação por crime de lavagem de dinheiro.

268. E de fato restou comprovado que ela foi a responsável por assinar o contrato particular de compromisso de venda e compra do imóvel e igualmente constou como a compradora do bem na escritura pública de compra e venda (fls. 36 e 38, anexo2, evento 1).

269. Da mesma forma, consta a sua assinatura no cheque de R\$ 303.543,85 oferecido a Eduardo Appio a título de caução na compra do imóvel (fls. 43, anexo2, evento 1).

270. Em seu interrogatório, admitiu ainda haver assinado o contrato particular de compromisso de venda e compra e o cheque-caução, ressalvando que o subscreveu, porém deixou os demais campos, inclusive valor, em branco (evento 157).

271. Embora tenha sido comprovada documentalmente a participação de Eidilaira na aquisição do imóvel cujo valor real foi dissimulado, a verdade é que não restou comprovado, acima de qualquer dúvida razoável, que Eidilaira Soares Gomes tinha ciência de que os valores empregados na compra do bem seriam oriundos da prática de crimes.

272. Em prática relativamente comum, embora reprovável, André Denis Vargas Ilário utilizou-se do nome de sua mulher, Eidilaira, para ocultar a real titularidade do imóvel, já que não possuía lastro financeiro para adquirir o bem.

273. Assim, em que pese o posicionamento do Ministério Público Federal, não existe prova suficiente, acima de qualquer dúvida razoável, de que Eidilaira Soares Gomes agiu com vontade e consciência de ocultar e dissimular a origem dos valores empregados na aquisição do bem, provenientes da prática de um ilícito penal, ciente de que os ativos constituíam produto de crime.

274. Sendo ônus da Acusação provar todos os elementos constitutivos do crime e havendo uma dúvida razoável quanto ao elemento subjetivo que favorece a acusada, impõe-se, por força do princípio da presunção de inocência, a sua absolvição.

275. A presunção de inocência é princípio cardeal no processo penal em um Estado Democrático de Direito.

276. Teve longo desenvolvimento histórico, sendo considerada uma conquista da humanidade. Embora sua origem perca-se no tempo, a formulação da máxima latina correspondente ("item quilbet presumitur innocens nisi probetur nocens") remonta ao trabalho do canonista francês Johannes Monachus, já no século XIV (sobre a origem da máxima PENNINGTON, Kenneth. *The Prince and the Law: 1200-1600: Sovereign and rights in the Western Legal Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993, 160-163).

277. A presunção de inocência, no processo criminal, é tanto uma regra de prova como um escudo contra a punição prematura (a expressão é de François Quintard-Morénas, *The presumption of Innocence in the French and Anglo-American Legal Traditions*. *The American Journal of Comparative Law* 58.1, 2010, 107-149, disponível em http://works.bepress.com/francois_quintard_morenas/1).

278. Como regra de prova, a melhor formulação é o "standard" anglo-saxônico, no sentido de que a responsabilidade criminal deve ser provada acima de qualquer dúvida razoável e que foi construído durante os séculos XVIII e XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos (conforme, dentre outros, SHAPIRO, Barbara J. *Beyond reasonable doubt and probable cause: Historical perspectives on Anglo-American Law of evidence*. Los Angeles: University of California Press, 1991). Tal "standard" também foi consagrado no art. 66, item 3, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional ("Para proferir sentença condenatória, o Tribunal deve estar convencido de que o acusado é culpado, além de qualquer dúvida razoável").

279. Isso impõe a necessidade de um quadro probatório robusto, com provas de todos os elementos da acusação. As provas devem ser aptas a gerar a certeza da responsabilidade criminal da acusada, com o afastamento de todas as hipóteses contrárias, desde que razoáveis, a essa convicção.

280. No presente caso, não há prova deste nível em relação à Eidilaira Soares Gomes, impondo-se, portanto, a sua absolvição.

281. Diversa é a conclusão quanto à responsabilidade criminal dos outros dois acusados.

282. Cumpridamente demonstrada, na fundamentação, a materialidade do crime de lavagem de dinheiro e a autoria e participação correspondentes.

283. André Luiz Vargas Ilário, com a participação de Leon Vargas, adquiriu um imóvel em Londrina/PR, pelo valor real de R\$ 980.000,00, registrando-o, contudo, no compromisso de compra e venda, na escritura pública e na declaração de imposto de renda, por um valor a menor, R\$ 500.000,00, a fim de ocultar e dissimular a origem ilícita de parcela dos valores utilizados na compra do imóvel, eis que André Vargas não tinha condições de adquirir o bem com os recursos lícitos de que tinha disponibilidade nos anos de 2010 e 2011.

284. Quanto ao dolo, tratando-se de lavagem de recursos criminosos próprios, não há como haver qualquer dúvida sobre sua presença.

285. Os fatos enquadram-se no tipo penal do art. 1º, caput, V, da Lei nº 9.613/1998, já que a lavagem tem por antecedentes, dentre outros, crimes de corrupção passiva.

286. Presentes, assim, provas acima de qualquer dúvida razoável da materialidade e autoria, quanto a André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário, do crime de lavagem de dinheiro consistente na aquisição, com ocultação e dissimulação da titularidade, origem e natureza dos recursos criminosos empregados, do imóvel consistente em casa localizada na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776 do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR, devendo ser cominadas as penas pertinentes.

III. DISPOSITIVO

287. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva.

288. **Absolvo** Eidilaira Soares Gomes da imputação do crime de lavagem de dinheiro do artigo 1º da Lei 9.613/1998 por falta de prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP).

289. **Condeno** André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário pelo crime de lavagem de dinheiro consistente na aquisição, com ocultação e dissimulação da origem e natureza dos recursos criminosos empregados, da casa situada na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776, do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

290. Atento aos dizeres do artigo 59 do Código Penal e levando em consideração o caso concreto, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas aos condenados.

André Luiz Vargas Ilário

291. André Vargas não tem antecedentes criminais informados no processo. Embora tenha sido condenado na ação penal 5023121-47.2015.404.7000 e responda a outra ação penal e investigações, não considerarei os feitos como antecedentes em vista do entendimento jurisprudencial a esse respeito. A culpabilidade é elevada. Conforme restou comprovado na ação penal 5023121-47.2015.404.7000, o condenado recebeu propina não só no exercício do mandato de Deputado Federal, mas também da função de Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, esta entre os anos de 2011 a 2014, período que abarca os fatos objeto desta ação penal (maio a novembro de 2011). A responsabilidade de um Vice-Presidente da Câmara é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. A vetorial personalidade também lhe é desfavorável. Rememoro aqui o gesto de afronta do condenado ao erguer o punho cerrado ao lado do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, o eminente Ministro Joaquim Barbosa, na abertura do ano legislativo de 2014, em 04/02/2014, e que foi registrado em diversas fotos. O parlamentar, como outros e talvez até mais do que outros, tem plena liberdade de manifestação. Protestar contra o julgamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470 é algo, portanto, que pode e poderia ter sido feito por ele ou por qualquer um, muito embora aquela Suprema Corte tenha agido com o costumeiro acerto. Entretanto, retrospectivamente, constata-se que o condenado, ao tempo do gesto, recebia concomitantemente propina em contratos públicos por intermédio da Borghi Lowe. Nesse caso, o gesto de protesto não passa de hipocrisia e mostra-se retrospectivamente revelador de uma personalidade não só permeável ao crime, mas também desrespeitosa às instituições da Justiça. Conduta social, motivos e comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são igualmente neutras, eis que a lavagem, no presente caso, não envolveu especial sofisticação. Consequências tampouco devem ser valoradas negativamente, eis que a lavagem envolveu quantia expressiva, de pelo menos R\$ 480.000,00, representada pelo valor de origem ilícita pago de forma não declarada pelo imóvel, mas não ao ponto de justificar o incremento da pena. Considerando duas vetoriais negativas, personalidade e culpabilidade, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de **quatro anos e seis meses de reclusão**, acima do mínimo, mas ainda distante do máximo.

292. Não vislumbro atenuantes ou agravantes. Não entendo cabível, como pretende o MPF, a agravante de violação de dever inerente ao cargo (art. 61, II, "g", do Código Penal), eis que vinculada aos crimes antecedentes e não propriamente ao delito de lavagem de dinheiro.

293. Não há causas de aumento ou diminuição.

294. Fixo multa proporcional para a lavagem em 125 dias-multa.

295. Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de André Luiz Vargas Ilário, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo da cessação da atividade delitiva (11/2015).

296. Tendo em vista que as vetoriais do art. 59 do Código Penal não são favoráveis ao condenado, como exposto no item 291, ao contrário são de especial reprovabilidade, com duas vetoriais negativas, fixo, com base no art. 33, §3º, do Código Penal, o regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena. Sobre o tema, precedente do Supremo Tribunal Federal:

"A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao quantum da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, conforme remissão do art. 33, § 3º, do mesmo diploma legal." (HC 114.580/MS - Rel. Min. Rosa Weber - 1ª Turma do STF - por maioria - j. 23/04/2013)

297. **São, portanto, definitivas para André Luiz Vargas Ilário** penas de quatro anos e meio de reclusão, em regime inicial fechado, e multa de cento e vinte e cinco dias-multa, cada uma no valor de cinco salários mínimos vigentes em 11/2015.

Leon Denis Vargas Ilário

298. Leon Vargas não tem antecedentes criminais informados no processo. Embora tenha sido condenado na ação penal 5023121-47.2015.404.7000 e responda a outra ação penal e investigações, não considerarei os feitos como antecedentes em vista do entendimento jurisprudencial a esse respeito. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias são igualmente neutras, eis que a lavagem, no presente caso, não envolveu especial sofisticação, consistindo na declaração subfaturada do valor de aquisição de bem imóvel (tipologia de valorização artificial de bens). Consequências tampouco devem ser valoradas negativamente, eis que a lavagem envolveu quantia expressiva, de pelo menos R\$ 480.000,00, representada pelo valor de origem ilícita pago de forma não declarada pelo imóvel, mas não ao ponto de justificar o incremento da pena. Considerando a inexistência de vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena no mínimo legal, de três anos de reclusão.

299. Não vislumbro atenuantes ou agravantes.

300. Não há causas de aumento ou diminuição.

301. Fixo multa proporcional para a lavagem em 10 dias-multa.

302. Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Leon Denis Vargas Ilário, fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo da cessação da atividade delitiva (11/2015).

303. Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime aberto para o início de cumprimento da pena.

304. **São, portanto, definitivas para Leon Denis Vargas Ilário** penas de três anos de reclusão, em regime inicial aberto, e multa de dez dias-multa, cada uma no valor de dois salários mínimos vigentes em 11/2015.

305. Considerando o disposto no art. 44, incisos I e III, e § 2.º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, consistentes na prestação de serviço à comunidade e em prestação pecuniária. A pena de prestação de serviços à comunidade deverá ser cumprida, junto à entidade assistencial ou pública, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, ou de sete horas por semana, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado, e durante o período da pena substituída, ou seja, três anos. A pena de prestação pecuniária consistirá no pagamento do total de cinco salários mínimos a entidade assistencial ou pública como forma de compensar a sociedade pela prática do crime. Caberá ao Juízo da execução o detalhamento das penas, bem como a indicação das entidades assistenciais. Justifico as escolhas, a prestação de serviço pelo seu elevado potencial de ressocialização, a prestação pecuniária porque, de certa forma, compensa a sociedade, vítima do crime.

306. Em decorrência da condenação pelo crime de lavagem, decreto, com base no art. 7º, II, da Lei nº 9.613/1998, a interdição de André Luiz Vargas Ilário e Leon Denis Vargas Ilário para o exercício de cargo ou função pública ou de diretor, membro de conselho ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma lei pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade.

307. Poderá Leon Denis Vargas Ilário apelar em liberdade, já que substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

308. Já quanto à André Luiz Vargas Ilário, já se encontra ele preso preventivamente e também condenado por outra ação penal 5023121-47.2015.404.7000. Na presente, não lhe foi imposta prisão preventiva.

309. Decreto, com base no art. 91 do Código Penal, o confisco, como produto do crime, do imóvel consistente na casa situada na Rua das Bromélias, Quadra 6, Lote 11, no Bairro Alphaville Jacarandá, em Londrina/PR, matrícula 59.776 do 1º Registro de Imóveis de Londrina/PR.

310. Deixo de fixar valor mínimo para os danos decorrentes do crime, já que, no presente feito (e sem prejuízo dos crimes que constituem objeto de outras ações penais e investigações), eles são cobertos pelo confisco do imóvel.

311. Deverão os condenados também arcar com as custas processuais.

312. Transitada em julgado, lancem o nome do condenado no rol dos culpados. Procedam-se às anotações e comunicações de praxe (inclusive ao TRE, para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal).

Curitiba/PR, 06 de abril de 2017.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700001996766v507** e do código CRC **99f79e8d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO
Data e Hora: 06/04/2017 10:53:58

5029737-38.2015.4.04.7000

700001996766 .V507 FRH© FRH